

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ANGÉLICA DE BRITO PEREIRA

**TURISMO, ECONOMIA CRIATIVA E A COVID-19 NO BRASIL:
UM ESTUDO SOBRE A SOBREVIVÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

São Paulo
2022

ANGÉLICA DE BRITO PEREIRA

**TURISMO, ECONOMIA CRIATIVA E A COVID-19 NO BRASIL:
UM ESTUDO SOBRE A SOBREVIVÊNCIA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Relações Públicas, Publicidade e Turismo da Escola de Comunicações e Artes como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

Orientação: Profº. Drº. Paulo Henrique Assis Feitosa

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

Pereira, Angélica de Brito
Turismo, economia criativa e a covid-19 no Brasil: Um estudo sobre a sobrevivência das micro e pequenas empresas / Angélica de Brito Pereira; orientador, Paulo Henrique Assis Feitosa. - São Paulo, 2022.
66 p.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo /
Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.
Bibliografia

1. Resiliência. 2. Crise. 3. Covid-19. 4. Turismo. 5. Economia Criativa. I. Assis Feitosa, Paulo Henrique . II. Título.

CDD 21.ed. - 910

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

RESUMO

A sobrevivência das organizações está atrelada a sua resiliência, característica definida enquanto a sua capacidade, junto à adoção de um modelo de gestão eficiente e sustentável, de responder rapidamente a ameaças internas e externas e assim, operar em momentos de incerteza e risco. A resiliência no contexto das organizações é um tema de crescente interesse tendo em vista o contexto global marcado pelo aumento da incerteza e tida enquanto fator importante para garantir a sobrevivência empresarial. A crise vivenciada a partir de março de 2020 com a pandemia da Covid-19, a qual instaurou incertezas no cenário sanitário, econômico e social em todo o mundo ao forçar a adoção de medidas de isolamento social, foi um destes momentos que colocou à prova a sobrevivência das empresas. Ainda que os efeitos sejam sentidos de modo generalizado pelas empresas, este cenário afeta especialmente as micro e pequenas empresas (MPEs), as quais possuem desafios particulares atrelados à diminuição na demanda e redução no acesso a financiamento e crédito. Segundo dados do Sebrae (2020), em levantamento quanto ao impacto da pandemia nas MPEs brasileiras, turismo e economia criativa figuraram enquanto um dos setores mais afetados pela pandemia. Tendo em vista este contexto, o presente estudo objetiva analisar quais variáveis influenciam a resiliência das MPEs de ambos os setores. Iftikharet *al.* (2021) afirma que tanto as dimensões financeiras quanto não-financeiras afetam a performance das organizações, e por isso, ambas devem ser investigadas quando estudando resiliência. A partir do uso da base de dados da 2ª edição da pesquisa online “O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios” promovida pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), é empregado modelo de regressão para dados de contagem a fim de analisar a influência das variáveis à nível empresarial e do capital humano sobre a resiliência empresarial, dada pela quantidade de dias que as empresas conseguem permanecer fechadas durante o período de isolamento social e ainda ter recursos financeiros para honrar seus compromissos financeiros. O presente estudo é capaz de analisar a influência das variáveis selecionadas sobre a resiliência empresarial diante de um cenário de crise. Apesar de não ter sido possível atestar padrões para todas as variáveis, o estudo corrobora com a literatura ao verificar que tanto as variáveis de caráter empresarial quanto capital humano possuem influência na resiliência de ambos os setores.

Palavras-chave: Resiliência. Crise. COVID-19. Turismo. Economia Criativa.

ABSTRACT

The survival of organizations is linked to their resilience, a characteristic defined as their ability, together with the adoption of an efficient and sustainable management model, to respond quickly to internal and external threats and thus operate in moments of uncertainty and risk. Resilience in the context of organizations is a topic of growing interest in view of the global context marked by increased uncertainty and is considered an important factor to ensure business survival. The crisis experienced from March 2020 onwards with the coronavirus pandemic, which created uncertainties in the health, economic and social scenario around the world by forcing the adoption of social isolation measures, was one of these moments that put survival to the test for companies. Although the effects are generally handled by companies, this scenario especially affects micro and small companies (SMEs), which have particular challenges linked to reduced demand and reduced access to finance and credit. According to data from SEBRAE (2020), in a survey of the impact of the pandemic on Brazilian MSEs, tourism and the creative economy figured as one of the sectors most affected by the pandemic. In view of this context, the present study aims to analyze which variables influence the resilience of MSEs in both sectors. Iftikhar *et al.* (2021) state that both financial and non-financial dimensions affect the performance of organizations, and therefore, both should be investigated when studying resilience. Using the database of the 2nd edition of the online survey “The Impact of the coronavirus pandemic on Small Businesses” promoted by the Brazilian Service for Support of Micro and Small Businesses (SEBRAE), it is used a regression model for count data in order to analyze the influence of variables at the business level and human capital on business resilience, given by the number of days that companies manage to remain closed during the period of social isolation and still have financial resources to honour your financial commitments. The present study is able to analyze the influence of the selected variables on business resilience in the face of a crisis scenario. Although it was not possible to certify standards for all variables, the study corroborates the literature by verifying that both business variables and human capital have an influence on the resilience of both sectors.

Key-words: Resilience. Crisis. COVID-19. Tourism. Creative Economy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Classificação da UNCTAD para as Indústrias Criativas.....	23
--	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação das MPEs sobre o PIB nacional entre 1985 e 2017 – em %.....	14
Gráfico 2 - Amostra por setor	34
Gráfico 3 - Status de funcionamento por setor – em %.....	39
Gráfico 4 - Amostra por UF.....	40
Gráfico 5 - Motivo da interrupção – em %	41

TABELAS

Tabela 1 - Classificação das Micro e Pequenas Empresas por Faturamento Anual	13
Tabela 2 – Estatísticas descritivas da variável dependente.....	41
Tabela 3 – Estatísticas descritivas das variáveis independentes e de controle	42
Tabela 4 – Regressões binomial negativa: determinantes da resiliência das empresas.....	45

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACTs	Atividades Características do Turismo
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ME	Microempresa
MEI	Microempreendedor Individual
MPEs	Micro e Pequenas Empresas
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial do Turismo
PIB	Produto Interno Bruto
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SM	Salário Mínimo
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNWTO.	Organização Mundial do Turismo
WTTC	Conselho Mundial de Viagens e Turismo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO DOS OBJETOS DO PRESENTE TRABALHO	11
1.1 Micro e Pequenas Empresas	11
1.2 O Setor Turístico	16
1.3 A Economia Criativa	21
CAPÍTULO 2: RESILIÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL	28
2.1 Resiliência e Sobrevivência Empresarial: o conceito	28
2.2 Fatores determinantes da sobrevivência empresarial	30
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	34
3.1 Abordagem empírica	35
3.1.1 Variável dependente	35
3.1.2 Variável independente e controle	35
3.2 Modelo econométrico	37
CAPÍTULO 4: ANÁLISE DOS RESULTADOS	39
4.1 Análise Descritiva	39
4.2 Análise do modelo binomial	44
CAPÍTULO 5: DISCUSSÃO	50
CONCLUSÃO	52
REFERÊNCIAS	54
ANEXOS	62

INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 tem produzido impactos significativos em todo mundo e representa um contexto único para experimentação de teorias de diferentes inspirações. Esse evento ocorre em um contexto de ampliação da complexidade e interdependência dos sistemas socioeconômicos, financeiro e tecnológico, que desafiam a capacidade de sobrevivência das empresas e a sua resposta (LINNENLUECKE, 2017; KAMBHU *et al.*, 2007). Em contextos de crise promovidos por eventos inesperados e extremos, as estratégias adotadas pelas organizações para lidar com acontecimentos que as ameacem ou a seus stakeholders são definidas enquanto gestão de crise (FINK, 1986). Tendo em vista que tais esforços irão definir a sua performance após o período de crise (LATHAM; BRAUN, 2011), uma organização preparada para a adoção de estratégias de sucesso é imprescindível para mitigar os impactos e garantir a sua sobrevivência.

Diante de um ambiente empresarial heterogêneo, espera-se que algumas organizações respondam de maneira mais efetiva em comparação a outras e, neste sentido, o termo “resiliência” é utilizado na literatura para explicar essa diferença de performance (LINNENLUECKE, 2017). Entende-se que a capacidade de responder e se recuperar com maior agilidade, ou ainda, de se adaptar criativamente diante de pressões externas ou internas, está atrelada às características inerentes das empresas. Sendo assim, a resiliência configura-se enquanto fator determinante para a gestão de crises e garantir a sobrevivência das organizações.

A pandemia da Covid-19 está sendo mais um destes eventos que colocam à prova a sobrevivência das empresas, desafiando a sua adaptabilidade e resiliência. A doença, primeiramente manifestada em novembro de 2019 na China e decretada enquanto pandemia em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), obrigou o fechamento de fronteiras e a adoção de medidas de isolamento em diferentes níveis para a contenção do vírus em todos os países registrados pela ONU (WORLDOMETERS, 2020). Esse evento instaurou incerteza no contexto sanitário, econômico e social em todo o mundo. Com isso, o cenário observado foi o de queda massiva de empregos, interrupção de cadeias de abastecimento, elevada volatilidade dos mercados de ações, bem como o colapso dos sistemas de saúde (ALVES *et al.*, 2020).

Os setores da economia que são mais sensíveis às medidas de restrição de circulação e distanciamento social observaram piores expectativas de se recuperarem da crise promovida pela pandemia da Covid-19 em comparação aos outros (BARTIK *et al.*, 2020). Neste sentido, somada a sua natureza plural, complexa e multifacetada, com as atividades presenciais limitadas, as atividades de lazer e turismo foram interrompidas de maneira brusca (GZVITAUSKI, 2021; MECCA; GEDOZ, 2020). Esse contexto diminuiu subitamente as possibilidades de receita desses setores (FGV, 2020). O setor turístico e da economia criativa, considerados setores fortemente acoplados por gerarem resultados econômicos relevantes, impossibilitadas de permanecerem em plena atividade de maneira remota, foram um dos mais afetados diante da brusca redução da demanda (LU *et al.*, 2020; OLIVEIRA *et al.*, 2013). Segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae (2020) sobre impacto da pandemia nas Micro e Pequenas Empresas (MPEs), turismo e economia criativa apresentaram-se entre os setores que mais foram afetados pela pandemia, com turismo figurando em primeiro lugar quanto a variação da taxa de faturamento e economia criativa em terceiro.

Apesar de diversos estudos apontarem que as MPEs são organizações mais dinâmicas, flexíveis e oportunistas que grandes firmas, elas não são imunes a grandes diminuições da demanda por bens e serviços (COWLING *et al.*, 2015). Ademais, ainda que os efeitos sejam sentidos de modo generalizado pelas empresas, um cenário de pandemia afeta especialmente as MPEs, as quais são mais vulneráveis a grandes crises, uma vez que estas possuem desafios particulares atrelados a redução no acesso a financiamento e crédito, além da redução na demanda (LU *et al.*, 2020). Acs e Audretsch (1990) também afirmam que estas empresas são mais vulneráveis diante eventos imprevisíveis, enquanto Pal *et al.* (2014), afirmam que MPEs enfrentam maiores ameaças para sua performance financeira e à sua sobrevivência em tempos de crise econômica.

No Brasil, as MPEs podem ser classificadas tanto pelo número de empregados quanto por seu faturamento bruto anual. Pelo número de empregados, no setor de serviços, define-se Microempresa (ME) aquelas que possuem até 9 funcionários e Empresa de Pequeno Porte (EPP), entre 10 e 49 empregados. Pelo faturamento, define-se Microempreendedor Individual (MEI) aquelas que possuem faturamento de até R\$ 60 mil, ME até R\$ 360 mil e EPP, acima de R\$ 360 mil até R\$ 3,6 milhões. Apesar das MPEs responderem por 52% dos empregos com carteira assinada no setor privado no Brasil e 27% do PIB (SEBRAE, 2018), atestando a importância destas para a economia e geração de emprego no Brasil, a sua taxa de mortalidade é considerada alta no país (CARVALHO; OLIVEIRA, 2016). No Estado de São Paulo, a taxa

de sobrevivência das MPEs é 76,3%, ou seja, cerca de uma em cada quatro empresas registradas no CNPJ fecha antes de completar 2 anos de existência (SEBRAE, 2018).

Conforme observam Lu *et al.* (2020), a demanda de mercado é um guia significativo para a sobrevivência e desenvolvimento das organizações. Neste sentido, com a interrupção das viagens e atividades presenciais, contornar crises de longa duração como a vivenciada com a Covid-19 torna-se ainda mais desafiante para as MPEs do setor turístico e economia criativa, e, portanto, os setores encontram-se em devida desvantagem em comparação a outros, enfrentando maiores obstáculos para a sua sobrevivência.

Ambas as dimensões financeiras quanto não-financeiras afetam a performance das organizações, e por isso, devem ser investigadas quando se investiga o fenômeno da resiliência (IFTIKHAR *et al.*, 2021). Desta maneira, carecem estudos empíricos quanto ao efeito de ambas as dimensões na sobrevivência empresarial no Brasil, especialmente tratando-se dos setores turísticos e economia criativa. Diante da importância das MPEs para a geração de emprego e economia no Brasil, é fundamental compreender os aspectos financeiros que influenciam sua sobrevivência compreende aplicações práticas. Em um contexto de impossibilidade de trabalho presencial e redução significativa da demanda, portanto, este estudo tem enquanto finalidade analisar quais variáveis influenciam a resiliência das MPEs de ambos os setores.

Para tal tarefa, foi construído um banco de dados original com dados da 2ª edição da pesquisa “O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios” promovida pelo Sebrae entre os dias 03 e 07 de abril de 2020, o qual contou com respostas de 6.080 MPEs de todo o território nacional. Para a finalidade da pesquisa, o novo banco de dados define enquanto amostra as 244 empresas do turismo e da economia criativa.

O período da pesquisa foi iniciado 14 dias após o Decreto Legislativo nº 6, instituído no dia 20 de março de 2020, que reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no país, elevando a gravidade da pandemia antes reconhecida enquanto emergência de saúde pública estabelecida pela Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que dispôs sobre as medidas de enfrentamento do coronavírus, na qual o Art. nº 3 estabelece o isolamento e a quarentena enquanto medidas que poderiam ser adotadas. O Decreto nº 10.292, instituído dia 25 de março de 2020, define os serviços públicos e atividades essenciais, promovendo respaldo para as medidas de isolamento a virem a ser decretadas pelos estados e cidades brasileiros ao decorrer da pandemia.

O trabalho está organizado em cinco seções, além desta introdução. O **capítulo 1** tem como objetivo contextualizar os objetos centrais do estudo, ou seja, as Micro e Pequenas Empresas, e os setores turístico e economia criativa, apresenta-se, portanto, a conceituação,

importância, questões e dificuldades relativas a cada objeto estudo, além de desenhar a situação pré-pandemia de ambos os setores analisados, tanto no contexto mundial quanto no nacional. O **capítulo 2** objetiva realizar uma revisão de literatura acerca da temática da resiliência e sobrevivência empresarial, abordando o histórico do conceito da resiliência, suas implicações para a sobrevivência e finalmente trazendo a sobrevivência para o contexto das Micro e Pequenas Empresas, apresentando o que estudos prévios trazem sobre a relação entre resiliência, sobrevivência e MPEs. O **capítulo 3** apresenta a metodologia abordada no trabalho. Primeiramente, o capítulo busca situar o banco de dados utilizado no estudo, traçando o contexto em que a segunda edição da pesquisa “O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios” promovida pelo Sebrae foi realizada e apresentando um resumo dos principais resultados da pesquisa. Em seguida, apresenta-se a abordagem empírica utilizada para realização do estudo, apresentando a variável dependente escolhida enquanto meio de análise da sobrevivência empresarial, as variáveis independentes e de controle, e por fim o modelo econométrico adequado ao objetivo do estudo e ao banco de dados utilizado. Os resultados empíricos são apresentados no **capítulo 4**, o qual é introduzido com uma análise descritiva das variáveis escolhidas para análise, de modo a apresentar um resumo dos dados antes de iniciar a análise do modelo binomial negativo, o produto deste TCC. Por fim, o **capítulo 5** discute os resultados observados, relacionando com a literatura exposta na revisão bibliográfica quanto à resiliência e sobrevivência empresarial e o **capítulo 6** apresenta as conclusões.

CAPÍTULO 1:

CONTEXTUALIZAÇÃO DOS OBJETOS DO PRESENTE TRABALHO

1.1 Micro e Pequenas Empresas

São muitos os fatores que fazem das Micro e Pequenas Empresas um dos principais pilares de sustentação da economia brasileira. Segundo o Sebrae (2020a), nos últimos 30 anos, a participação das MPEs na economia do país vem crescendo, apresentando expressiva participação no Produto Interno Bruto nacional (PIB), assim como seu papel na geração de empregos e arrecadação de impostos. Ademais, segundo Koteski (2004), as pequenas empresas possuem o potencial de distribuir equitativamente renda e riqueza e estimular iniciativas individuais e coletivas.

Não apenas no Brasil, as MPEs são um importante expoente da economia no mundo todo. Segundo Koteski (2004) a globalização é responsável por parte da proliferação dos pequenos negócios, já que “este fenômeno exige que as grandes empresas, ao buscarem uma maior eficiência, terceirizem as atividades de apoio ao negócio principal”. Pereira e Sousa (2019) afirmam que tal processo de terceirização ocorre enquanto forma de reduzir custos e encargos com funcionários, ou ainda, segundo Koteski (2004), em decorrência dos avanços tecnológicos, ocasionando no aumento do número de MPEs prestadoras de serviço, e neste sentido, os pequenos negócios são em grande parte responsáveis por absorver a mão-de-obra demitida de grandes empresas. Ademais, fala-se em uma “exigência da modernidade” que requer “empresas mais enxutas, menores e com maior índice de produtividade” (KOTESKI, 2004), sendo esse fenômeno comprovado por estudo realizado pelo International Institute for Labour Studies, publicado no The Economist, que sinaliza a tendência mundial pela redução do tamanho das empresas (PEREIRA *et al*, 2019).

Afirmando a importância das micro e pequenas empresas no Brasil, as MPEs foram responsáveis por 54% dos empregos formais do período entre 2000 e 2008, sendo que já em 2004, as MPEs representavam 99% das empresas brasileiras, das quais 70% eram relativas a postos de trabalho do setor privado Sebrae (2010). Em 2011, as MPEs representaram 8,9 milhões de empresas no país, correspondendo a 27% do PIB nacional (SEBRAE, 2014).

Esse cenário foi favorecido pelas políticas de reconhecimento da importância das MPEs e da necessidade de facilitar seu desenvolvimento, previstas na Constituição Federal de 1988. Neste sentido, o artigo 179 reconheceu a necessidade de tratamento diferenciado para estas empresas, e assim estabeleceu que:

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei (CF/88).

Em decorrência do artigo 179 da Constituição de 1988, em 1996 foi instituído o Simples Federal por meio da Lei nº 9.317, a qual “regulamentou tratamento tributário diferenciado às MPEs no âmbito da administração federal” (MARCOS LIMA; DE MORAIS LIMA, 2016). Já em 2006, a Lei Geral ou ainda Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte foi criada pela Lei Complementar nº 123/2006 para regulamentar o tratamento favorecido, simplificado e diferenciado a esse setor, conforme disposto na Constituição Federal. A Lei geral prevê:

Tratamentos diferenciados e favoráveis às MPE, no tocante à inscrição/baixa, ao regime de impostos (criação do Simples Nacional), às compras governamentais, ao regime simplificado de exportação, à redução de obrigações trabalhistas acessórias, à fiscalização orientadora, à previsão da necessidade de implantação da Lei Geral das MPE no âmbito dos municípios. (SEBRAE, 2016).

Segundo o Sebrae (2021), o objetivo da Lei Geral seria, portanto, “fomentar o desenvolvimento e a competitividade da micro e pequena empresa e do microempreendedor individual, como estratégia de geração de emprego, distribuição de renda, inclusão social, redução da informalidade e fortalecimento da economia.”.

É também a Lei Complementar nº. 123/2006 que divide os pequenos negócios em quatro segmentos por faturamento anual, sendo esta divisão proposta seguida atualmente pelo Sebrae, conforme visto na Tabela 1. Ademais, um dos principais fatores de favorecimento ao pequeno negócio foi a implementação do Simples Nacional, instituído a partir de julho de 2007, enquanto um dos principais itens previstos na Lei Geral das MPEs (SEBRAE, 2016)

Apesar de descrito na Lei Complementar nº. 123/2006, o Microempreendedor Individual é previsto em lei apenas em 2008 pela Lei Complementar nº. 128/2008, a qual teve enquanto objetivo, segundo o SEBRAE (2016) de “retirar da informalidade milhões de empreendedores” ao permitir “o início da formalização dos negócios informais e estimulando

a criação de novos empreendimentos nas faixas de faturamento mais baixas, a baixo custo de registro e sem burocracia”. Estabelece-se assim, o Microempreendedor Individual aquele com faturamento bruto de, no máximo, R\$81 mil ao ano, além de poder ter um empregado contratado e ter de atuar em uma das mais 490 atividades permitidas para o segmento, previstas pelo Sebrae.

Entre os anos de 2008 e 2014, o número de microempreendedores passou de zero para 4,6 milhões, chegando a 6,1 milhões em julho de 2016, e neste sentido, o Sebrae reconhece que a criação do MEI promoveu “um dos fenômenos mais fortes de transformação do perfil dos pequenos negócios já ocorridos no país”, tendo em vista que seu crescimento exponencial mais que triplicou o número de optantes pelo Simples Nacional entre 2009 e 2016 (SEBRAE, 2016).

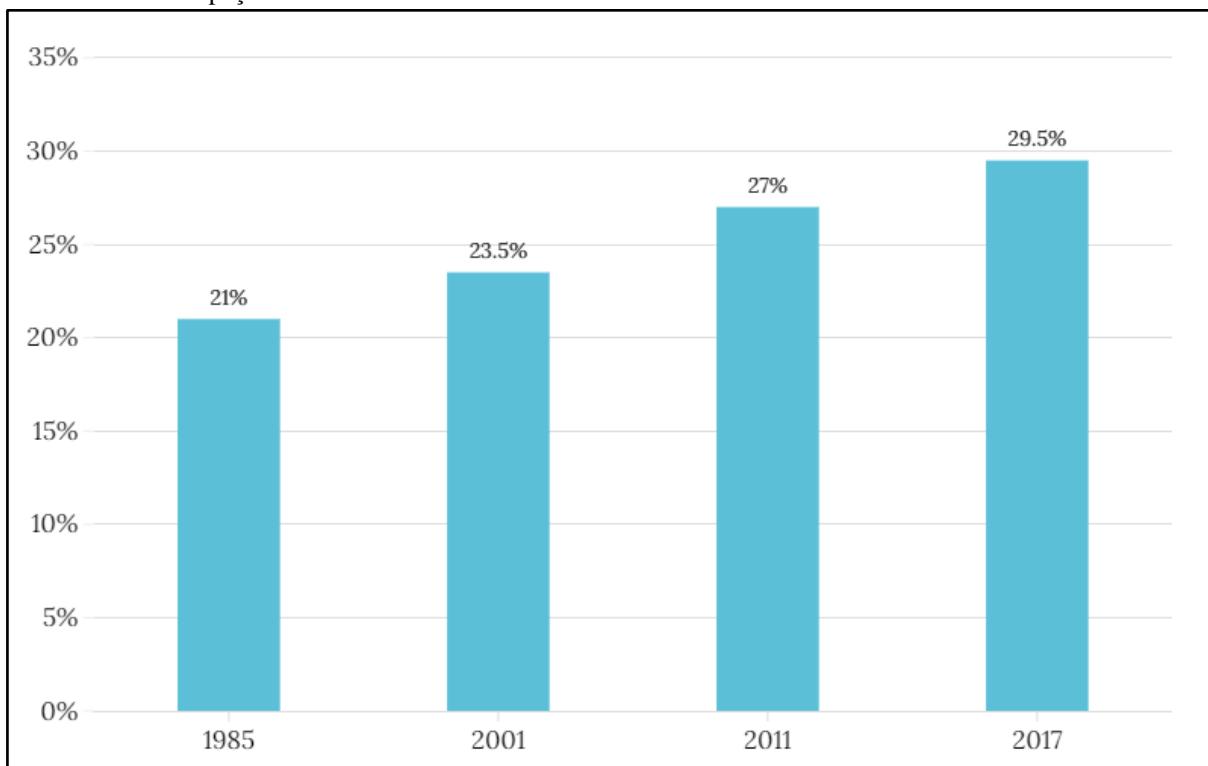
Tabela 1 - Classificação das Micro e Pequenas Empresas por Faturamento Anual

Categoría	Faturamento anual
Empresa de Pequeno Porte	Até R\$ 81 mil
Microempreendedor Individual	Até R\$ 360 mil
Microempresa	Entre R\$ 360 mil e R\$ 4,8 milhões
Pequeno Produtor Rural	Propriedade com até 4 módulos fiscais ou faturamento anual de até R\$ 4,8 milhões

Fonte: Sebrae (2021).

Tendo em vista o cenário de favorecimento aos pequenos negócios na economia brasileira, de acordo com o comparativo temporal da participação das MPEs no PIB, o Sebrae (2020a) observou o crescimento do percentual para 23,2% em 2001 e 27% em 2011 e 29,5% em 2017, comparado aos 21% do observado pelo IBGE em 1985, revelando o resultado positivo e constatando a participação das MPEs em mais de um quarto do PIB em 2011 e 2017, conforme observado no Gráfico 1. Ademais, no período entre 2006 e 2019, as MPEs foram responsáveis pela criação de cerca de 13,5 milhões de empregos, apresentando um resultado positivo no saldo de geração de emprego, enquanto as médias e grandes empresas fecharam cerca de 1,1 milhões de postos de trabalho no mesmo período apresentaram um resultado positivo no saldo de geração de empregos (SEBRAE, 2020a).

Gráfico 1 – Participação das MPEs sobre o PIB nacional entre 1985 e 2017 – em %.



Fonte: Elaboração Própria com base em dados de Sebrae (2020a).

Porém, na contramão dos incentivos e apesar de sua Grande importância para o cenário econômico, um dos grandes empecilhos que os pequenos negócios vislumbram é a mortalidade precoce. Segundo o relatório “Fatores Condicionantes e Taxas de Sobrevivência e Mortalidade das Micro e Pequenas Empresas no Brasil”, conforme os dados coletados de 2000 a 2005, os estabelecimentos com até 2 anos de existência apresentaram taxa de mortalidade de 49,4% no primeiro triênio (2000-2002), caindo para 22% entre 2003-2005, com a taxa tendo se mantido estável a partir desse período (SEBRAE, 2007).

Além das políticas de incentivo aos pequenos negócios, o Sebrae (2016) atribui a melhora e estabilidade da taxa de mortalidade à maior qualidade empresarial e melhoria do ambiente econômico vislumbradas no período de 2008 e 2014, nas quais se destacam a evolução do Produto Interno Bruto (PIB), evolução das taxas de juros, evolução do rendimento médio real dos trabalhadores, evolução do Salário Mínimo (SM) real e evolução da taxa de desemprego, beneficiando assim as empresas criadas no período de 2008 e 2012.

Todavia, tendo em vista a importância da MPEs para a economia nacional, a mortalidade das pequenas empresas é tema que requer atenção, tendo em vista garantir os benefícios que tais empresas possuem na geração de emprego e demais fatores positivos já descritos. Segundo Pereira e Sousa (2019) apesar do índice de mortalidade vir diminuindo, o

patamar de 22% ainda é significativo, “principalmente quando se trata do estágio inicial do negócio (os primeiros dois anos de existência), devendo o empreendedor atentar quais os principais fatores que levam a empresa à falência.”

Segundo a pesquisa Demografia das Empresas e Estatísticas de Empreendedorismo promovida pelo IBGE em 2021, o estudo, que observa dados de 2019, aponta uma correlação entre a permanência no mercado e o tamanho das empresas e assim, quanto maior o porte do negócio, maior é a taxa de sobrevivência. Em estudo realizado por Chiavenato (2008), a inexperiência é apontada enquanto principal possível causa para a mortalidade destas empresas (72%), seguido por fatores econômicos (20%), vendas insuficientes (11%), despesas excessivas (8%) e outros (3%). No cenário brasileiro, em estudo promovido pelo Sebrae-SP (2008), são apontados seis fatores contribuintes para a mortalidade: ausência do comportamento empreendedor, ausência do planejamento prévio, deficiências na gestão empresarial, insuficiências de políticas de apoio, problemas de conjuntura econômica e problemas pessoais.

Silva *et al.* (2015) concorda com a inexperiência apontada por Chiavenato (2008) e pelo Sebrae-SP (2008) ao discorrer que as taxas de mortalidade precoce estão atreladas às:

Dificuldades e desafios encontrados na implementação, gerenciamento e manutenção do negócio, decorridos da falta de planejamento e uma boa gestão financeira, que nem sempre são levados em consideração quando se trata de administrar essas micro e pequenas empresas, fatores esses que são cruciais à sua sobrevivência em um mercado cada vez mais competitivo (Silva *et al.*, 2015).

Apontado por Silva *et al.* (2015), outro fator que se relaciona com a mortalidade das empresas são as características do empreendedor, sua experiência com a gestão de negócios e o planejamento para a implementação do negócio. Para Pereira *et al.* (2009), o empreendedor eficiente é aquele que “possui conhecimento das etapas envolvidas no processo de tomada de decisão, sabe a sequência e a consequência de cada passo, avaliando todas as possibilidades e exercitando o ciclo completo, e decide pela melhor opção para seu negócio”. Na contramão do empreendedor eficiente, o autor avalia que o micro e pequeno empresário possui grande dificuldade de entender o processo de tomada de decisão, além de apresentarem dificuldades para assimilar a profissionalização da gestão. Como consequência, o julgamento da capacidade dos concorrentes acaba por ser baseado em critérios insuficientes e o conhecimento do mercado torna-se incipiente, levando a problemas financeiros diversos, falta de capital de giro, falta de clientes e ainda escolha do ponto comercial ou localização inadequada.

No que quis respeito às crises, a literatura comprehende os pequenos negócios enquanto “estruturas flexíveis que permitem responder melhor e mais rapidamente às crises econômicas”

(KOTESKI, 2004) e neste sentido, o estímulo aos empreendedores e às micro e pequenas empresas representa uma alternativa para combater o desemprego e buscar o crescimento sustentável (KOTESKI, 2004). Por outro lado, segundo Silva *et al.* (2015), por motivos como pequeno aporte financeiro, pequena clientela, baixa diversificação e outras razões, as micro e pequenas empresas tendem a sofrer em momentos de crise e passar por diversas dificuldades que são entraves para seu desenvolvimento.

Apesar do cenário econômico desfavorável em decorrência da pandemia da Covid-19, estudo do Sebrae (2020b) quanto ao cenário das Micro e Pequenas Empresas no Brasil demonstrou que 99% dos negócios ainda pertenciam aos pequenos negócios, sendo cerca de 60% representado pelos microempreendedores individuais (MEI) e 39% representado pelas Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), mas ainda assim foram o grupo de empresas mais impactado com a pandemia da Covid-19.

Segundo a 2^a edição do estudo acerca dos impactos da pandemia nos pequenos negócios promovida pelo Sebrae (2020c), no universo de 17,2 milhões de micro e pequenas empresas, 58,72% pararam de funcionar temporariamente, sendo que 20,79% pararam por decisão própria e 79,21% por determinação do governo. Em relação à situação financeira, 15 milhões de negócios (87,2%) já estariam afetados com a redução do faturamento, sendo a queda média no faturamento de cerca de 75%. Além disso, 24,42% afirmaram estar em situação financeira ruim e 48,84% em situação financeira razoável, além de que mesmo antes da crise a maioria das empresas não se encontravam com boa saúde financeira. Neste sentido, cerca de 54,65% dos empreendedores afirmaram no período precisar de empréstimos para manter suas empresas sem gerar demissões. Dada a importância das MPEs e o cenário desfavorável durante a pandemia, afirma-se a relevância de compreender o fenômeno para garantir melhores respostas em eventuais crises futuras.

1.2 O Setor Turístico

Ao longo das décadas, o turismo experienciou uma contínua expansão e diversificação, apresentando rápido crescimento e se posicionando enquanto um dos maiores setores econômicos do mundo (UNWTO, 2021b). Em 2019, segundo Organização Mundial do Turismo (2021), o setor figurou enquanto a terceira maior categoria de exportação mundial, atrás apenas de combustíveis e produtos químicos, e à frente de produtos automotivos e alimentos. Tal crescimento está associado a uma forte economia global, ao crescimento da

classe média e à rápida urbanização em economias emergentes, a facilitações nas expedições de visto e viagens mais acessíveis, ao avanço tecnológico e ao surgimento de novos modelos de negócios (UNWTO, 2021b).

Frente este crescimento em escala global, o turismo desempenha forte papel tanto para economias emergentes quanto avançadas, uma vez que as receitas de exportação do turismo internacional (viagens e transporte de passageiros) são uma importante fonte de receitas externas para muitos destinos ao redor do mundo, ajudando a criar empregos, promover o empreendedorismo e desenvolver as economias locais (UNWTO, 2021b).

Neste sentido, o turismo é considerado um componente-chave para a diversificação das exportações pela UNWTO (2021b), possuindo grande capacidade de reduzir déficits comerciais e compensar receitas de exportação mais fracas e outros bens e serviços. As atividades do turismo viabilizam a oferta de um amplo conjunto de produtos e serviços no setor (PISCOPO *et al.*, 2015) e, assim, o turismo se constitui enquanto um setor em que ocorrem fenômenos de consumo e criação de rendimentos e de mercados, em que se conjugam a oferta e a procura (CABUGUEIRA, 2005).

As despesas realizadas por turistas nos estabelecimentos que fornecem bens e serviços turísticos representam apenas a parcela dos efeitos diretos do turismo, sendo este responsável pelos empregos gerados pela prática da atividade. Segundo o IPEA (2019), as atividades que pertencem diretamente ao setor turístico são definidas enquanto Atividades Características do Turismo (ACTs), sendo elas: alojamento, alimentação, transporte terrestre, transporte aéreo, transporte aquaviário, aluguel de transporte, agência de viagem e cultura e lazer.

Todavia, pode-se falar também em impacto induzido, que seriam os gastos realizados pelos turistas nas localidades visitadas e o impacto indireto, que constitui o efeito multiplicador do turismo, que escorre para outros setores (RIBEIRO; LOPES, 2015), como a construção civil, as atividades industriais em geral, a agricultura e outros (AZEVEDO *et al.*, 2012). Assim, conforme aponta Cooper (2007), o valor dos gastos realizados pelos turistas representaria apenas uma parte dos impactos econômicos, uma vez que, segundo Santos *et al.* (2018), o gasto inicial realizado pelo turista provoca o “efeito cascata” sobre a economia, e assim observam-se efeitos na produção, emprego e o nível de renda, o que favorece a distribuição de renda e o desenvolvimento das cidades.

Logo, não apenas na economia e na geração de empregos é vista a importância do setor. Já em 1980, o turismo é reconhecido através do Acordo de Manila enquanto uma atividade essencial para as nações devido a “seus efeitos diretos na cultura, no social, no sistema educacional e econômico”, além de o seu desenvolvimento estar “diretamente relacionado ao

desenvolvimento social e econômico uma vez que proporciona qualidade de vida para os cidadãos.”.

Sendo o turismo uma atividade econômica que, segundo a UNCTAD (2010), totaliza cerca de US\$ 3 bilhões por dia, sua elevada geração de renda pode ser usufruída por países em todos os níveis de desenvolvimento. Segundo a UNCTAD (2010), o turismo se afirma enquanto a principal fonte de moeda estrangeira para um terço dos países em desenvolvimento e de metade dos países menos desenvolvidos, sendo que desses, o setor chega a corresponder até 40% do PIB. Comprovando a importância do setor para a economia e desenvolvimento social, o turismo foi responsável pela geração de 1 em 4 novos empregos no mundo no período entre 2014 e 2019 (WTTC, 2021).

No período anterior à instituição da crise da Covid-19, os números do setor turístico experienciaram resultados positivos em todo o mundo, evidenciando a importância do setor para a economia. Em 2019, a taxa de crescimento do setor (3,5%) foi superior à taxa de crescimento da economia mundial (2,5%) pelo nono ano consecutivo (WTTC, 2020). Em números absolutos, o impacto direto, indireto e induzido do turismo foi responsável pela contribuição de US\$8,9 trilhões para o PIB mundial em 2019, representando 10,3% do total (WTTC, 2021). No mesmo ano, o número de chegada de turistas internacionais chegou a 1,5 bilhões, representando 4% a mais em relação ao ano anterior (UNWTO, 2020). Além disso, mantendo a forte expressão do setor na geração de emprego, o turismo foi responsável por 1 em cada 10 postos de trabalho, somando ao todo 330 milhões de empregos (TOMÉ, 2020).

Beni (2006) atesta que o turismo brasileiro alcançou patamares de elevada qualidade operacional e de planejamento. No período pré-pandemia, os resultados nacionais também foram positivos, sendo que o turismo representou 7,7% do PIB nacional (US\$ 115,7 bilhões) em 2019, além de representar 8,2%, ou 7,643.8 milhões, do total de empregos do país (WTTC, 2021).

Ademais, 7,4 milhões de novos empregos diretos, indiretos e induzidos, representando 7,9% do total, foram resultantes do setor turístico (WTTC, 2021). Apesar de o número de chegadas internacionais em 2019 (6,35 milhões) ter sido ligeiramente menor que em 2018 (6,62 milhões), a receita cambial turística foi cerca de 1% maior (BRASIL, 2021).

O turismo se constitui enquanto um setor intrinsecamente atrelado ao deslocamento, definido pelo Ministério do Turismo enquanto

O conjunto de atividades realizadas por pessoas durante suas viagens e estadias em lugares distintos do seu habitat natural por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios e outros (BRASIL, 2018).

Sendo o turismo uma atividade do setor de serviços, ela está sensível à sazonalidade, intangibilidade e perecibilidade (impossibilidade de estocagem do serviço) (LOVELOCK; WRIGHT, 2001 apud PISCOPO *et al.*, 2015). Conforme afirma Azevedo *et al.* (2012)

O turismo é uma atividade considerada sensível a diversos fatores, como: políticos, culturais, ambientais, ecológicos, pois imagens negativas na mídia com as demonstrações da criminalidade, das doenças, falta de atrativos, problemas políticos e terrorismo podem provocar uma queda acentuada na visitação de determinada região, que podem ocasionar prejuízos a curto, médio ou até longo prazo (Azevedo *et al.*, 2012, p. 494).

Com a chegada da pandemia e o consequente fechamento das fronteiras e medidas de isolamento social, o setor do turismo sofreu forte impacto com efeitos diretos e indiretos sobre a oferta e demanda por viagens (NICOLA *et al.*, 2020). Em estudo promovido em abril de 2020 pela Fundação Getúlio Vargas sobre o impacto econômico da Covid-19 no turismo, o efeito direto da pandemia é a própria suspensão de viagens e o fechamento de fronteiras, o que faz com que a atividade turística se torne inviável já que não há a possibilidade de que pessoas se desloquem para outros lugares para atividades de consumo em locais diferentes de suas áreas de residência (FVG, 2020). Já o efeito indireto, consequente da interrupção do deslocamento, afeta a cadeia ligada ao setor, pois mesmo os residentes não podem frequentar áreas de lazer por causa dos riscos de contágio, já que “pontos turísticos são, por sua natureza, lugares de grande aglomeração de pessoas” (FGV, 2020a).

O estudo atesta que é por essa razão que os atrativos turísticos estiveram entre os primeiros locais a serem fechados pelos governos na tentativa de evitar o avanço da pandemia, ocasionando na “suspenção de atividades de hotéis e restaurantes, a suspensão de rotas rodoviárias, redução drástica de voos e impossibilidade de venda de pacotes turísticos por parte de operadores”. Ademais, sendo o turismo uma atividade com forte importância na geração tanto de empregos diretos e indiretos, o enxugamento do setor traz consequências para diferentes cadeias produtivas (FGV, 2020a).

Em abril de 2020, no mês seguinte à declaração da pandemia pela OMS, estima-se que 100% dos destinos já haviam introduzido restrições de viagem (UNWTO, 2021a). Segundo a UNWTO (2021a), o ano de 2020 teve redução de 74% chegadas no turismo internacional quando comparadas a 2019, totalizando apenas 381 milhões, ocasionando a perda de US\$ 1,3 trilhão na receita internacional do turismo, sendo que em março de 2020 o setor já havia perdas da ordem de US\$ 2,8 bilhões. O ano de 2020 fechou com a perda de 62 milhões de postos de empregos diretos do turismo, representando uma queda percentual de 18,6%, e a sua

participação do turismo no PIB mundial diminuiu de 10,3% em 2019 para 5,3% em 2020 (WTTC, 2021).

Seguindo a mesma tendência, em consequência às medidas de prevenção à Covid-19, em especial ao estímulo ao isolamento social, em março de 2020 no Brasil, o índice de atividades turísticas medido pelo IBGE apontou retração de 30% em relação ao mês anterior, sendo essa a queda mais intensa da série histórica iniciada em janeiro de 2011. Ao comparar com março do ano anterior, a retração no índice foi de 28,2%, tendo o efeito sido mais intenso e imediato nas atividades correlatas ao turismo, como restaurantes, hotéis e transporte aéreo e rodoviário (IBGE, 2020). Tal retração ocasionou a diminuição do PIB do turismo na ordem dos 32,6% e na diminuição de 19% dos postos de trabalho quando comparado com 2019 (IBGE, 2020), além de o setor passar a representar apenas 5,5% do PIB brasileiro (WTTC, 2021).

Na perspectiva das MPEs, a pesquisa do Sebrae (2020) sobre os impactos da pandemia sobre os pequenos negócios observou que 88% dos empreendimentos turísticos pararam suas atividades entre março e abril de 2020, somando 10,1 milhões de empresas que deixaram de funcionar.

Segundo dados da RAIS, as atividades de alojamento e acomodação e as atividades relacionadas à arte, cultura, esportes e recreação foram as que apresentaram maior variação do estoque de empregos formais de 2019 a 2020, -17,74% e -13,18% respectivamente, sendo estas atividades relacionadas ao setor turístico (BRASIL, 2021). Comparadas com os dados de outras atividades previstas na RAIS, à exemplo dos serviços domésticos (terceira atividade com maior variação no estoque de empregos formais, com -6,51%), ou ainda indústria e construção que tiveram variação positiva (+1,35% e +6,26%, respectivamente), evidencia-se a grande perda de empregos nas atividades relacionadas ao turismo em decorrência da crise.

Gössling *et al.* (2020) afirmam que a pandemia da Covid-19 evidenciou a vulnerabilidade no mercado de trabalho turístico, já que os empregos com menores remunerações, os trabalhadores informais (os quais não possuem acesso às medidas de proteção social) e as micro e pequenas empresas se apresentam enquanto os mais afetados pela crise. Neste sentido, evidencia-se a importância de discutir a situação das micro e pequenas empresas do setor turístico diante da pandemia da Covid-19.

1.3 A Economia Criativa

Diferente do turismo, a economia criativa é um setor recente da economia, tendo ganhado relevância e expressão e se estabelecido enquanto disciplina de estudo a partir dos anos 2000 (OLIVEIRA *et al.*, 2013). Por esse motivo, é ainda um conceito em evolução, apresentando diferentes definições e formas de mensuração e caracterização pelo mundo (OLIVEIRA *et al.*, 2013). Segundo Cunningham (2002), o termo “indústria criativa” foi primeiramente citado na Austrália com o lançamento do relatório *“Creative nation: Commonwealth Cultural Policy”* em 1994, e, posteriormente, ganhou exposição com a criação da Força Tarefa Indústrias Criativas pelo Departamento da Cultura e Mídia no Reino Unido em 1997.

No cerne do conceito da economia criativa, é fundamental compreender os conceitos “indústrias culturais” e “indústrias criativas”, além de seu substrato principal, a “criatividade”. A criatividade pode ser definida como “o processo pelo qual ideias são geradas, conectadas e transformadas em coisas que possam ser valorizadas” (BRA/RESEARCH, 2005). Para melhor compreender o conceito e o porquê a criatividade é um elemento crucial na definição do escopo das indústrias criativas e da economia criativa, segundo a UNCTAD (2010), as características da criatividade podem ser divididas em dimensões que se articulam, sendo elas a criatividade artística (que envolve a imaginação e a capacidade de gerar ideias originais e novas maneiras de interpretar o mundo, expressas em texto, som e imagem), a científica (que envolve curiosidade e disposição para experimentar e fazer novas conexões ao solucionar problemas) e a econômica (sendo esta um processo dinâmico que leva à inovação em tecnologia, práticas de negócio, marketing, etc., e portanto, intensamente relacionada à aquisição de vantagem competitiva na economia).

Ainda que tanto a indústria cultural quanto a indústria criativa tenham a criatividade enquanto característica e por vezes sejam usados intercaladamente e se confundam, existe uma diferenciação entre ambos, a qual pode ser resolvida pela definição dos produtos e serviços que tais indústrias produzem (UNCTAD, 2010). Segundo a UNCTAD (2010), portanto, um produto ou serviço se enquadra como cultural quando “a noção de “cultura” é aceita, seja em seu sentido antropológico ou funcional e, ainda, que esses produtos e serviços, que demandam contribuição da criatividade humana, “possuam valores culturais além de quaisquer valores comerciais que possam ter, e que tal valor cultural pode não ser totalmente mensurável em termos monetários”.

Já os produtos e serviços que compõem a indústria criativa extrapolam o valor cultural, também se atendo ao seu valor econômico. Isso fica marcado quando, em 2004, a XI Conferência Ministerial da UNCTAD amplia o conceito de “criatividade”, passando-o de “atividades que possuem um sólido componente artístico” para “qualquer atividade econômica que produza produtos simbólicos intensamente dependentes da propriedade intelectual, visando o maior mercado possível.”. É também nesta conferência que ficam diferenciadas as atividades “*upstream*”, que seriam as atividades culturais tradicionais como artes cênicas e visuais, e as atividades “*downstream*”, que possuem uma proximidade maior com o mercado, como publicidade, editoras ou atividades relacionadas à mídia.

Nesse sentido, a “indústria criativa” deriva do desenvolvimento e ampliação do termo “indústrias culturais” para além das artes, fenômeno este que marcou “uma mudança na abordagem a potenciais atividades comerciais que até recentemente eram consideradas puramente ou predominantemente em termos não econômicos.” (OLIVEIRA *et al.*, 2013). Conforme afirma a UNCTAD (2010), “os produtos e serviços culturais podem ser vistos como um subconjunto de uma categoria maior, que pode ser chamada de “produtos e serviços criativos”, cuja produção exige um nível razoavelmente relevante de criatividade.”. Assim, entende-se a indústria cultural enquanto componente da indústria criativa.

O livro *The Creative Economy* publicado em 2001 pelo britânico John Howkins foi responsável pelo que talvez tenha sido a primeira definição da economia criativa como é usada atualmente. Conforme sintetiza Oliveira *et al.* (2013), Howkins sustenta a ideia de que:

economia criativa se assenta sobre a relação entre a criatividade, o simbólico e a economia. Assim, economia criativa é o conjunto de atividades econômicas que dependem do conteúdo simbólico – nele incluído a criatividade como fator mais expressivo para a produção de bens e serviços (OLIVEIRA *et al.*, 2013).

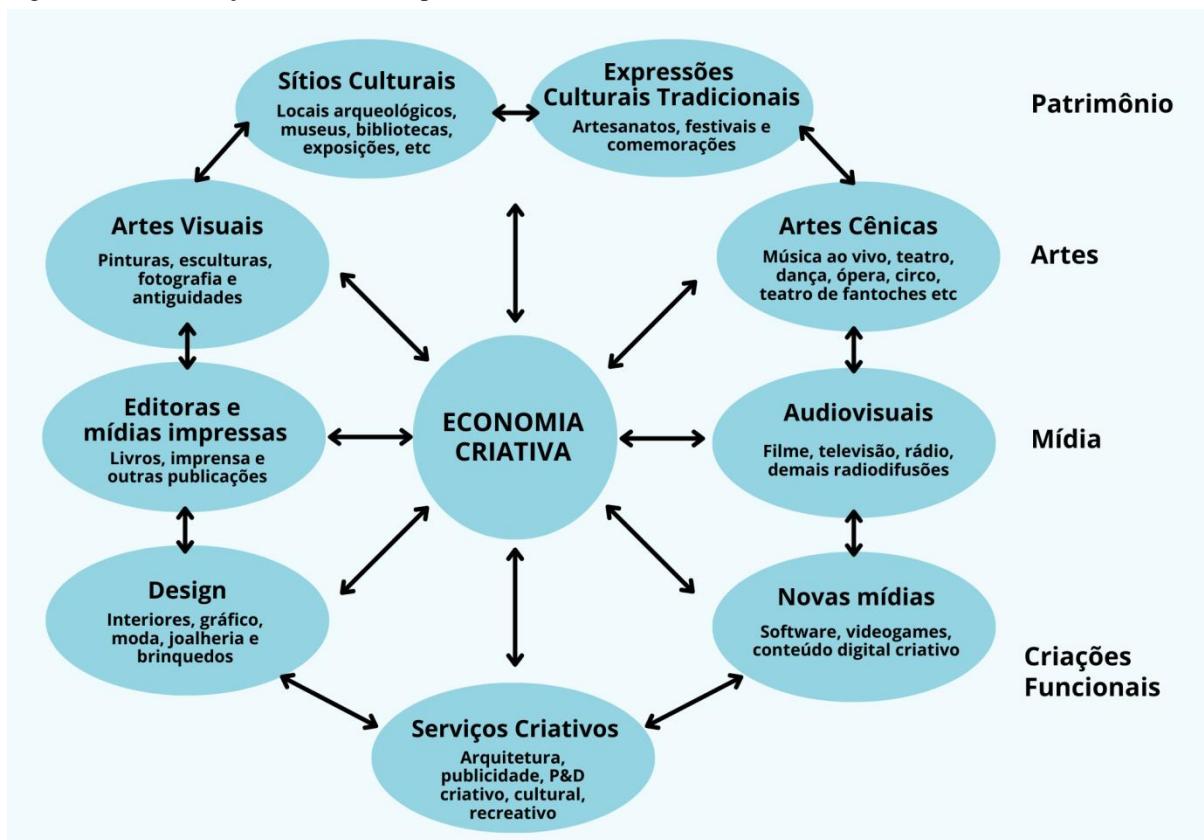
Conforme afirma Oliveira *et al.* (2013), ao incorporar a proposição de que o desenvolvimento econômico e o cultural não são fenômenos separados ou não relacionados, mas sim, que partem de um processo mais amplo de desenvolvimento sustentável em que tanto o econômico como o cultural podem ocorrer de forma síncrona, a criação do conceito por Howkins seria um meio de afirmar o papel da criatividade como uma força na vida contemporânea.

A UNCTAD (2010) define a economia criativa enquanto “um conceito em evolução, baseado em ativos criativos que potencialmente geram crescimento e desenvolvimento econômico” e determina que:

- Ela pode estimular a geração de renda, criação de empregos e a exportação de ganhos, ao mesmo tempo em que promove a inclusão social, diversidade cultural e desenvolvimento humano.
- Ela abraça aspectos econômicos, culturais e sociais que interagem com objetivos de tecnologia, propriedade intelectual e turismo.
- É um conjunto de atividades econômicas baseadas em conhecimento, com uma dimensão de desenvolvimento e interligações cruzadas em macro e micro níveis para a economia em geral.
- É uma opção de desenvolvimento viável que demanda respostas de políticas inovadoras e multidisciplinares, além de ação interministerial.
- No centro da economia criativa, localizam-se as indústrias criativas.

Já as indústrias criativas, conforme definido pela UNCTAD (2010), se dividem em quatro grupos, sendo eles patrimônio, artes, mídia e criações funcionais. Estes, por sua vez, são subdivididos em 9 grupos e 36 setores, conforme visto na Figura 1 abaixo, sendo este o modelo adotado pelo Sebrae no Brasil.

Figura 1 – Classificação da UNCTAD para as Indústrias Criativas.



Fonte: UNCTAD (2010).

Segundo Oliveira *et al.* (2013), o número de novos empreendimentos que atuam nos segmentos das indústrias criativas tem crescido expressivamente e não se pode negar que tal crescimento, e inclusive a instituição das indústrias criativas enquanto setor da economia, possui relação direta com os avanços de novas tecnologias. As indústrias criativas são fortemente influenciadas por novas ferramentas, como as crescentes função das redes sociais, uma vez que essas facilitam a conectividade e a colaboração entre pessoas criativas, produtos e lugares, o que corrobora com a particularidade da economia criativa de impulsionar a inovação e novos modelos de negócios conforme ultrapassa as fronteiras das artes, negócios e conectividade (UNCTAD, 2010).

Conforme afirma a Firjan (2019), os profissionais criativos demonstram tendência rumo à digitalização e tal mudança se reflete no aumento de profissionais e atividades criativas ligadas ao mundo virtual. Oliveira *et al.* (2013) afirma que o crescimento do setor também se deve ao empreendedor criativo que “combina habilidades criativas, baseadas no simbólico, além das habilidades inerentes à conduta empreendedora.”. Segundo os autores, as empresas criativas possuem enquanto característica principal serem “lideradas por empreendedores criativos” e “são mais ativas na geração, produção e promoção de inovações.”.

Assim como a tecnologia e as consequentes mudanças de comportamento e consumo, o turismo é visto como um dos principais fatores que impulsionam a economia criativa mundialmente (UNCTAD, 2010). Segundo a UNCTAD (2010), o crescimento do turismo estimula o crescimento das indústrias que vendem bens criativos e serviços culturais no mercado do turismo, uma vez que os turistas são os principais consumidores de serviços recreativos, culturais e produtos criativos, como festivais, museus e galerias, além de música, dança, teatro, apresentações de ópera.

Mas esse fenômeno não é de mão única e as indústrias criativas, por sua vez, também estimulam o turismo, já que, segundo Sanguinet *et al.* (2016), os bens e serviços criativos possuem o poder de reforçar a cultura, valores e tradições que identificam uma comunidade ou nação, além de preservarem o patrimônio e o meio ambiente e assim, tendo em vista que atmosfera cultural e as tradições de diferentes localidades são de interesse do turista, o estímulo aos serviços criativos possui o potencial de gerar atratividade turística. Não à toa o conceito de cidades criativas é cada vez mais empregado por municípios como meio de formular estratégias de desenvolvimento urbano a fim de revigorar o crescimento com foco em atividades culturais e criativas (UNCTAD, 2010). Neste sentido, reforça-se a importância de conciliar objetivos culturais e sociais com instrumentos de comércio, tecnologia e turismo (UNCTAD, 2010).

Assim como o turismo, o setor criativo possui benefícios para além do fato de ser uma fonte de crescimento econômico, geração de emprego e participação na economia global. Ao chamarem a atenção para os ativos criativos e ricos recursos culturais que existem nos diversos países, as indústrias criativas auxiliam a capacitar os países a contarem suas próprias histórias e projetar suas próprias identidades culturais singulares para si mesmos e para o mundo, promovendo assim, a inclusão social, a diversidade cultural e o desenvolvimento humano. Como já explicitado no surgimento do conceito, a economia criativa possui tanto valor comercial quanto cultural, e o reconhecimento deste valor dual, é o que leva os governos pelo mundo à apoiar a expansão do setor como estratégia de diversificar a economia nacional e estimular o crescimento da economia e bem-estar social (UNCTAD, 2010).

A economia criativa se enquadra hoje enquanto um dos setores que mais cresceram na economia mundial nos últimos tempos (SANGUINET *et al.*, 2016), com crescimento muito superior à média do total da economia em diferentes aspectos como salário médio, nível de emprego e valor adicionado (UNCTAD, 2010). O tamanho do mercado global de bens criativos mais do que dobrou de U\$S 208 bilhões em 2002 para US\$ 509 bilhões em 2015 e mesmo diante de crises, em que a criação, produção e distribuição de bens criativos foram afetadas, o desempenho comercial do setor foi consistente, com uma taxa média de crescimento superior a 7% no período analisado (UNCTAD, 2010).

Estima-se que os serviços criativos contribuem entre 10% e 20% para o comércio mundial de serviços (UNCTAD, 2010) e que a tendência é de crescimento, uma vez que com o aumento da conectividade e da economia digital (tendo em vista o comércio eletrônico e as muitas oportunidades que surgem nesses espaços), o nível e a demanda por conteúdo de qualidade aumentam, e por consequência, a busca por produtos mais criativos (UNCTAD, 2019). Ao se apoiarem na inovação, a economia criativa cria novas oportunidades no mercado, especialmente para pequenas e médias empresas (UNCTAD, 2010).

A Firjan avalia o crescimento e as tendências da economia criativa e divulga os resultados por meio do relatório Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. O relatório divulgado em 2014, que compila dados do período entre 2004 e 2013, comprova a importância e a tendência de crescimento das indústrias criativas no Brasil. Os resultados estimam que o PIB gerado pela indústria criativa cresceu 69,8% em termos reais, enquanto o PIB brasileiro cresceu apenas 36,4% no mesmo período. A mesma tendência se mantém no mercado de trabalho das indústrias criativas, sendo que o número de trabalhadores do setor cresceu 90%, enquanto no total do mercado de trabalho formal brasileiro o crescimento foi de 56%

A última edição realizada em 2019, a qual reúne dados do biênio 2015-2017, revela que os anos anteriores aos analisados foram marcados por estabilização do PIB Criativo na economia, tendo girado em torno de 2,62% a partir de 2014, atingindo seu pico em 2015 com 2,64%. Em 2017, a indústria criativa representou 2,61% de toda a riqueza gerada em território nacional, totalizando R\$ 171,5 bilhões e 245 mil estabelecimentos contabilizados. Tal estabilização se deu pelo cenário recessivo no período analisado, porém o estudo avalia que mesmo após a pequena retração entre 2015 e 2017, a área criativa continuou responsável por relevante geração de valor na economia nacional. Ao fazer o recorte regional, São Paulo (3,9%), Rio de Janeiro (3,8%) e Distrito Federal (3,1%) demonstraram a maior participação da Indústria Criativa nos PIBs estaduais, todos acima da média nacional de 2,61% (FIRJAN, 2019).

O desempenho do mercado de trabalho criativo também se alinhou ao do restante da economia (FIRJAN, 2019). Diante da recessão, a retração observada nas indústrias criativas entre 2015 e 2017 foi semelhante a variação no estoque de trabalhadores formais brasileiros, mantendo assim sua participação de 1,8% de toda a mão de obra formal nacional desde 2015. Além disso, o estudo observa que determinadas profissões criativas foram muito buscadas mesmo diante desta conjuntura em que o Brasil teve 1,7 milhões de seus postos de trabalho encerrados (3,7% de retração). Em números absolutos, em 2017 o Brasil contou com 837,2 mil profissionais criativos formalmente empregados, comparados aos 871 mil registrados em 2015 (3,9% de retração).

Segundo dados da RAIS, em 2019, o valor exportado da economia criativa foi de US\$ 456 milhões, apresentando aumento em relação a 2018, quando o valor exportado foi de US\$ 389 milhões. Logo, no momento anterior à crise, o setor da economia criativa estava apresentando crescimento após a recessão relatada na análise da Firjan.

Todavia, com a chegada da pandemia e as medidas de isolamento social, assim como o turismo, os serviços da indústria criativa se viram fortemente impactados tendo em vista a natureza das atividades do setor, que ocorrem com presença física e demandam o contato pessoal. O relatório quanto aos impactos econômicos da Covid-19 na economia divulgado pela FGV (2020b) afirma que 88,6% do setor indica ter sofrido com queda de faturamento.

Segundo estudo da FGV (2020b), em relação a 2019, o valor exportado da economia criativa apresentou retração de 76,30%, chegando à casa dos US\$ 108 milhões, sendo que as atividades que mais mostraram-se impactadas pela segundo o estudo foram as produções de filme, com redução de 100% no total exportado, as atividades de publicação (-94%), atividades de museus e patrimônio (-90%) e o setor de artes e entretenimento (-85%). Com as restrições

de circulação afetando a realização das atividades da economia criativa, segundo a FGV (2020b), a crise teria forçado esses setores a se reinventarem com uso de ferramentas digitais e a promoção de outros mecanismos de interação em espaços virtuais.

Diante de um universo cada vez mais centrado na tecnologia e ferramentas digitais, discutir sobre a economia criativa é discutir sobre um dos setores que mais cresceram (e crescem) na economia mundial nos últimos tempos, e que, devido às suas particularidades trazem contribuições significativas para a sociedade nas dimensões econômica, social, cultural e de desenvolvimento sustentável (SANGUINET, 2016). Neste sentido, observa-se a importância de compreender o comportamento deste setor diante de crises com a que vivenciamos hoje com a Covid-19, tendo em vista garantir o crescimento do setor e seus benefícios.

CAPÍTULO 2:

RESILIÊNCIA E SOBREVIVÊNCIA EMPRESARIAL

2.1 Resiliência e Sobrevidência Empresarial: o conceito

A resiliência ganhou interesse crescente nas mais variadas áreas da sociedade nos últimos anos. São diversas as áreas do conhecimento que utilizam o termo “resiliência”, cada um atendo-se às características do campo de estudo em questão. Por muito tempo o termo resiliência foi empregado enquanto a capacidade de “se recuperar diante de adversidades”, aproximando-se de seu uso original atrelada à propriedades físicas, sendo resiliência a “propriedade pela qual a energia armazenada em um corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora duma deformação elástica” ou ainda a definição no sentido figurado em que resiliência é a “resistência ao choque” aqueles que “voltam à sua forma original, depois de terem sofrido deformação ou choque”. Todavia, o uso do termo hoje em dia é empregado de forma mais abrangente, atentando-se para a capacidade de adaptação e como nós melhor entendemos e lidamos com incertezas no ambiente interno e externo (GIBSON; TARRANT, 2010).

Assim como em outras áreas do conhecimento, os estudiosos dos setores empresariais e de negócios passaram a fazer uso do termo, e a esta área de estudo define-se resiliência organizacional. O termo foi empregado pela primeira vez na área para tratar das organizações na década de 1980 tendo em vista a intenção de analisar como as organizações respondem a ameaças externas. Apesar de trazerem visões diferentes quanto ao conceito empregado ao termo, os trabalhos pioneiros de Staw *et al.* (1981) e Meyer (1982) contribuíram para a literatura “ao observar que o modo que a organização responde a ameaças externas aciona processos que podem levar tanto a respostas de sucesso quanto ao fracasso, o que viria a influenciar a sua estratégia e até mesmo sua sobrevidência” (LINNENLUECKE, 2017).

Diante de acidentes como o de Chernobyl, Exxon Valdez, Bhopal e acidente do ônibus espacial Challenger nesta década, o estudo quanto a resiliência no ambiente de negócios se voltou às ameaças internas das firmas que levariam a acidentes industriais e quanto à confiabilidade em tecnologias de alto risco (LINNENLUECKE, 2017). Ainda que os estudos dessa geração, conhecido como “*Normal Accident Theory*” ou, Teoria dos Acidentes Normais, terem sido criticados por muitos partirem da suposição que grandes acidentes são inevitáveis devido à alta complexidade da tecnologia e focarem na questão da segurança, segundo

Linnenluecke (2017), estudos como o de Waldivsky (1998) colaboraram com a conceituação geral da resiliência ao concluir que para responder à situações de perigos decorrentes do avanço tecnológico seria necessário às organizações ter a habilidade de se antecipar e prever eventos enquanto estratégia para compreender vulnerabilidades e evitar possíveis ameaças, definindo que a organização resiliente é aquela que apresenta “a capacidade de lidar com ameaças inesperadas após elas terem se manifestadas, aprendendo a dar a volta por cima e se recuperar.”

De acordo com o estudo de Linnenluecke (2017), após o incidente das Torres Gêmeas no dia 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque nos Estados Unidos e aliado à crescente complexidade e interdependência dos sistemas socioeconômicos, financeiros e tecnológicos, houve um aumento das publicações quanto à resiliência. Neste período, os estudos se voltaram novamente às ameaças externas, tendo como referência os estudos pioneiros de Staw *et al.* (1981) e Meyer (1982).

Neste período, conforme afirma Linnenluecke (2017), os estudos de Luthans (2002), Luthans e Youssef (2007) e Youssef e Luthans (2007) reconhecem que a resiliência também é um fator a ser observado em situações positivas às organizações, e não somente diante de adversidades, ao definirem resiliência como “a capacidade psicológica positiva de recuar, de “se recuperar” de adversidades, incertezas, falhas ou até mesmo mudanças positivas, progressos e aumento da responsabilidade.”. Nesta definição é reconhecido também o papel do psicológico dos indivíduos envolvidos na resiliência empresarial.

O aspecto psicológico dos indivíduos também é refletida, conforme afirma Linnenluecke (2017), no estudo de Couto (2002), tendo em vista que ele define que empresas resilientes são aquelas que possuem a habilidade e capacidade de serem robustas sob condições de estresse, e também em Luthans (2002a), o qual define a resiliência como uma questão de perseverança na qual “aqueles com eficiência positiva irão dar a volta por cima e serem resilientes quando se deparam com problema ou ainda falhas, enquanto aqueles com menor eficiência tenderão a desistirem quando obstáculos aparecerem”.

Apesar de trazerem visões diferentes quanto ao conceito empregado, os trabalhos pioneiros observavam que o modo que a organização responde a ameaças externas aciona processos que podem levar tanto a respostas de sucesso quanto ao fracasso, o que viria a influenciar a sua estratégia e até mesmo sua sobrevivência (LINNENLUECKE, 2017).

A resiliência no contexto das organizações é um tema de crescente interesse tendo em vista o contexto global marcado pelo aumento da incerteza e da diversidade (GIBSON; TARRANT, 2010) e tida enquanto fator importante para garantir a sobrevivência empresarial. Os estudos visando investigar a relação entre resiliência, seus antecedentes e desempenho

empresarial, afirmam que a resiliência impacta tanto a performance em aspectos financeiros quanto não-financeiros, ainda que os aspectos não-financeiros tenham apresentado resultados mais fortes e com maior significância (IFTIKHAR *et al.*, 2021).

2.2 Fatores determinantes da sobrevivência empresarial

Segundo o estudo “Determinantes da Sobrevivência de Micro e Pequenas Empresas Industriais Brasileiras (1996-2016)” realizado por Botelho *et al.* (2018), os estudos sobre os fatores determinantes da sobrevivência empresarial podem ser divididos em dois grupos, sendo o primeiro o responsável por investigar o capital humano, compreendendo as características pessoais dos empresários como idade, sexo, escolaridade, independência financeira e ainda experiências passadas e senso de oportunidade. O segundo grupo analisa as características da empresa e/ou do ambiente em que estão inseridas, tratando, portanto, relações entre idade, tamanho, setor de atividade, atividades inovativas, origem do capital, apoio do governo e atividades de exportação, sendo que para este estudo as características empresariais a respeito de tempo e tamanho do negócio, setor de atividade, faturamento e relação com financiamento e empréstimo são de interesse (BOTELHO *et al.*, 2018).

Ademais, não há um fator específico que possa ser responsabilizado isoladamente pelo encerramento precoce das atividades de uma empresa. Para além das características empresariais, os fatores associados à mortalidade são bastante interligados e dependem em grande parte da atuação do empreendedor, que tem uma tendência a influenciar sobremaneira no desempenho da empresa e sua eventual sobrevivência ou morte (FERREIRA *et al.*, 2012), o que se aplica a situações de crise e de necessidade de resposta rápida. Por outro lado, quanto à relação da idade da empresa e a experiência do empreendedor na performance empresarial após a crise financeira global em 2008, as características do empreendedor desempenham um papel muito pequeno no desempenho (COWLING *et al.*, 2018).

Tendo em vista a sobrevivência empresarial, em comparação a maiores organizações, as MPEs apresentam um conjunto especial de condições operacionais, sendo elas muito mais sensíveis a flutuações financeiras, a legislação e leis trabalhistas, as relações das redes de abastecimento, a mudanças tecnológicas, a mudanças na demanda e requisitos dos clientes e a eventos que causam anormalidades no sistema financeiro de um país, como é o caso da pandemia da Covid-19 (BHAMRA; DANI, 2011). Diante de crises, as MPEs carecem

principalmente de recursos como controle e dinheiro além de possuírem tempo reduzido para resposta (HERBANE, 2010).

Em estudo sobre a mortalidade precoce de MPEs da cidade de São Paulo, aponta o nível de escolaridade do empreendedor como fator preponderante para a mortalidade das empresas, sendo que empresas comandadas por empreendedores com mais altos níveis de escolaridade possuem maior chance de sobrevivência (FERREIRA *et al.*, 2012). Corroborando com isso, a análise dos fatores que contribuem para mortalidade das MPEs no Brasil, conclui que a baixa escolaridade e qualificação estão dentre os principais fatores junto a falta de conhecimento do mercado em que está inserido, ausência de planejamento estratégico e dificuldade de conquistar e manter clientes (PINHEIRO; NETO, 2018). Por outro lado, estudo quanto à relação do capital humano com a sobrevivência empresarial na Espanha observa que nível educacional não é tão determinante para a sobrevivência em comparação com a experiência do empreendedor (ARRIBAS; VILAS, 2007).

Quanto à relação entre idade do empreendedor e sobrevivência, estudo atesta para a não evidência quanto a existência da relação (COWLING *et al.*, 2018). Todavia, estudos verificam a existência de relação positiva entre experiência e desempenho das pequenas empresas, o que pressupõe o envelhecimento do empreendedor (BURKE *et al.* 2000; ZARUTSKIE, 2010). Outros estudos analisam o desempenho empresarial a partir do ponto de vista do aprendizado, atestando que o desempenho melhora à medida que a empresa e os empreendedores envelhecem (VASSILAKIS, 2008).

Já para o sexo do empreendedor, estudos evidenciam a existência da relação entre gênero e sobrevivência empresarial (ARRIBAS; VILLAS, 2007; TANDRAYEN-RAGOOMBUR; KASSEEAH, 2017). Arribas e Villas (2007), afirmam que o risco de mortalidade é maior para empresas comandadas por mulheres, enquanto Tandrayen-Ragoobur e Kasseeah (2017) afirmam que empresas comandadas por homens possuem melhor desempenho empresarial, especialmente em termos de faturamento anual. Ademais, empresas comandadas por mulheres encontram maiores dificuldades para acessar financiamento, o que representa maior obstáculo para o desenvolvimento e sobrevivência empresarial (TANDRAYEN-RAGOOMBUR; KASSEEAH, 2017; COLEMAN, 2016).

Tratando das características empresariais e do ambiente em que estão inseridas, estudo sobre efeito da recessão nas pequenas e médias empresas no Reino Unido conclui que MPEs sofrem de forma significativa em relação à diminuição da demanda, ao passo que não encontraram dificuldades adicionais para conseguir auxílio financeiro durante a crise (COSH *et al.*, 2009). Em oposição, estudo sobre as MPEs no Reino Unido após a crise financeira global

iniciada em 2008 afirma que, diante de crises econômicas, apenas MPEs com maior tamanho e maior acesso à financiamento são capazes de crescer (COWLING *et al.*, 2015).

Estudo sobre a sobrevivência das MPEs do Estado do Rio Grande do Norte entre 1980 e 2016, revela uma relação entre o porte com a probabilidade de morte e sobrevivência das empresas, na qual as empresas de menor porte tendem a morrer mais rápido do que as de maior porte (SOARES, 2018). O mesmo resultado foi atestado por Botelho *et al.* (2018) e Anyadike-Danes e Hart (2018). Por outro lado, Soares (2018) afirma que os riscos dos micro negócios aumentam no seu segundo ano de funcionamento, pois os recursos financeiros já estão quase no fim devido à utilização no primeiro ano, como também há um aumento na taxa de mortalidade que atinge os negócios que são constituídos sem empregados no seu primeiro ano de existência.

Acerca de fatores relacionados ao tamanho da organização e número de funcionários, estudos concluem que as pequenas empresas que empregam mais trabalhadores possuem um risco de 77% menor de encerrar do que as que empregam poucos trabalhadores (BOTELHO *et al.*, 2018). Outro fator avaliado é a idade da organização, no qual trabalhos mostram que a probabilidade de mortalidade decresce conforme as organizações envelhecem (EVANS, 1987; ANYADIKE-DANES; HART, 2018). Apesar de a literatura sugerir que as empresas mais jovens são mais vulneráveis a crises, no contexto pós-crise econômica mundial, tendo as pequenas empresas do Reino Unido enquanto objeto de estudo, as empresas mais jovens demonstram ser mais resilientes e têm ganhado impulso de crescimento mais rapidamente do que suas contrapartes mais antigas, particularmente aquelas com 10 anos ou mais (COWLING *et al.*, 2018).

Também há uma relação entre o ramo de atividade com a probabilidade de morte e sobrevivência das empresas, uma vez que a probabilidade de morte das empresas nas atividades de serviços é mais elevada do que as demais atividades (SOARES, 2018). Dentre as MPEs brasileiras, o setor de serviços, nos quais encontram-se os setores do turismo e economia criativa, apresenta a pior taxa de sobrevivência (74,1%) em comparação à indústria (81,4%), construção (80,5%) e comércio (76,3%) (SEBRAE, 2018).

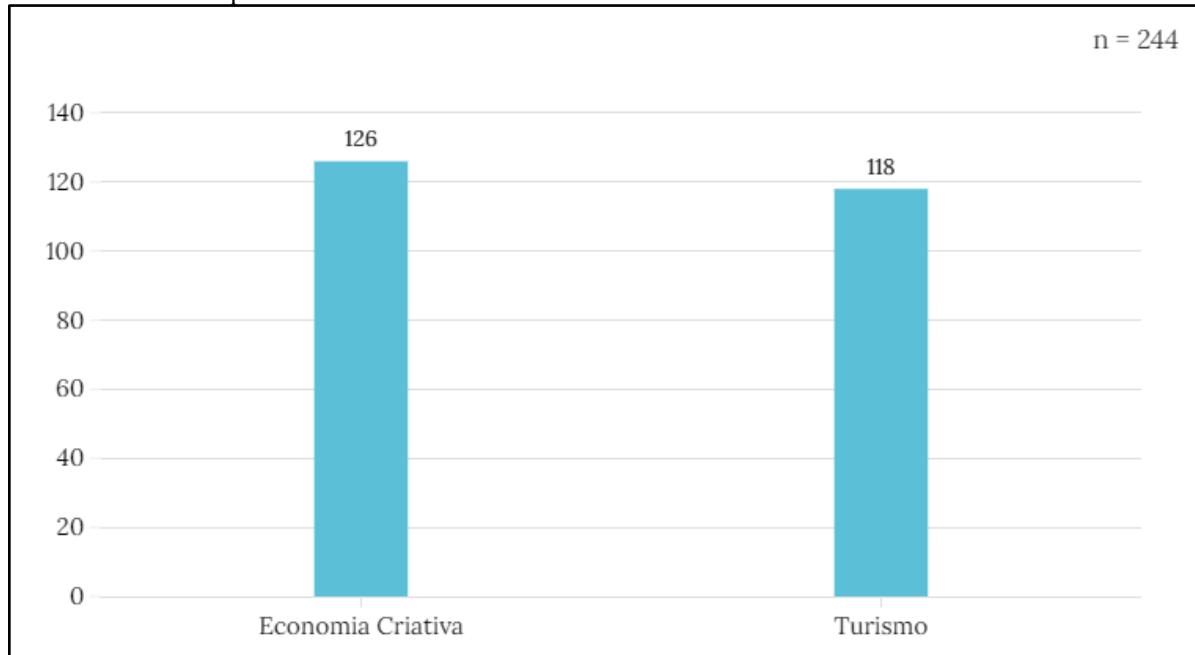
Estudo quanto à resiliência de pequenas firmas diante de desacelerações econômicas, conclui que a habilidade de manter um fluxo de caixa saudável, demonstrando assim flexibilidade, se mostrou um recurso crucial para garantir a sobrevivência empresarial (SMALLBONE *et al.*, 2012). Além do fluxo de caixa, recursos financeiros, liquidez, controle orçamentário e reservas financeiras foram consideradas questões importantes para manter as empresas flutuantes diante de crises, ao se estudar MPEs do setor têxtil e vestuário na Suécia

na década de 1990 e entre 2007 e 2009 (PAL *et al.*, 2014). Em adição, também é importante ter economias com alta liquidez, um dos três fatores principais para garantir a sobrevivência (BIGGS *et al.*, 2012).

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

Com o objetivo de examinar empiricamente o problema desta pesquisa, desenvolve-se um banco de dados original baseado em microdados da 2^a edição da pesquisa online “O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios” promovida pelo Sebrae. A pesquisa quantitativa, submetida por meio de *web survey*, foi conduzida entre os dias 03 e 07 de abril de 2020 e teve como objetivo investigar o impacto da pandemia da Covid-19 nas micro e pequenas empresas, levantando dados de 6.080 empresas brasileiras de todos os 26 estados brasileiros e Distrito Federal. Para a finalidade deste estudo, define-se uma amostra de 244 empresas, sendo 126 empresas da economia criativa e 118 do setor turístico, conforme observado no Gráfico 2 O intervalo de confiança da pesquisa é de 95% e o erro amostral de 1%.

Gráfico 2 - Amostra por setor.



Fonte: Elaboração Própria com base em dados de Sebrae (2020c).

3.1 Abordagem empírica

A mensuração da resiliência é central para a proposta empírica deste artigo, sendo avaliada pela quantidade de dias em que as empresas conseguem permanecer fechadas durante o período de isolamento social e ainda ter recursos financeiros para honrar seus compromissos financeiros. Portanto, trata-se de uma variável de contagem com valores inteiros e não negativos que é capaz de estimar a resiliência das empresas.

Adicionalmente, foram selecionadas variáveis independentes que podem ser classificadas em nível empresarial e características do empreendedor, referente ao capital humano, seguindo estudos similares (BOTELHO *et al.*, 2018). Dentre as variáveis a nível empresarial, destacam-se as que dizem respeito a situação financeira da empresa anterior à crise da Covid-19 (situação financeira antes da crise e média mensal do faturamento nos últimos meses) e durante, enquanto variáveis relacionadas à atitudes tomadas enquanto forma de responder à crise (demissão nos últimos 15 dias em decorrência da crise, necessidade de empréstimo para manter negócio em funcionamento sem gerar demissão e busca por empréstimo desde o começo da crise) bem como as variáveis quanto à característica da empresa (número de pessoas ocupadas atualmente e tempo em atividade). Já as relativas ao nível do empreendedor, foram selecionadas as variáveis referentes à sua idade, sexo e escolaridade.

3.1.1 Variável dependente

Conforme discutido, a principal variável dependente do modelo é uma variável de contagem com valores inteiros e não negativos que é capaz de estimar a resiliência das empresas. Desta maneira, a resiliência das empresas é dada pela quantidade de dias que os empreendedores declararam conseguir permanecer fechadas durante o período de isolamento social e ainda ter recursos financeiros para honrar seus compromissos financeiros.

3.1.2 Variável independente e controle

Para a finalidade deste estudo, foram selecionadas as variáveis discriminadas no Quadro 1, as quais podem ser classificadas em variáveis de nível empresarial e características do(a) empreendedor(a), referente ao capital humano (BOTELHO *et al.*, 2018). Dentre as variáveis a nível empresarial, destacam-se as que dizem respeito a situação financeira da empresa anterior à crise da Covid-19 (situação financeira antes da crise e média mensal do

faturamento nos últimos meses) e durante, enquanto variáveis relacionadas à atitudes tomadas enquanto forma de responder à crise (demissão nos últimos 15 dias em decorrência da crise, necessidade de empréstimo para manter negócio em funcionamento sem gerar demissão e busca por empréstimo desde o começo da crise) bem como as variáveis quanto à característica da empresa (número de pessoas ocupadas atualmente e tempo em atividade). Já as relativas ao nível do(a) empreendedor(a), foram selecionadas as variáveis referentes a sua idade, sexo e escolaridade.

Quadro 1 – Variáveis independentes

Variável e classes

Situação financeira antes da crise

Boa

Razoável

Ruim

Demitiu funcionários nos últimos 15 dias por conta da crise da Covid-19

Sim

Não

Não tem funcionários

Precisará pedir empréstimo para manter o negócio em funcionamento sem demitir

Sim

Não

Não sabe/Não quis responder

Já buscou empréstimo para a sua empresa desde o começo da crise

Sim

Não

Tempo em atividade no empreendimento

Até 2 anos

De 2 a 5 anos

De 6 a 10 anos

Mais de 10 anos

Média mensal do faturamento nos últimos meses

Até 6 mil por mês

De 7 a 15 mil por mês

De 16 a 30 mil por mês

De 31 a 60 mil por mês

De 61 a 100 mil por mês

De 100 mil a 200 mil por mês

Variável e classes

Mais de 200 mil por mês

Não sabe/Não quis responder

Idade do(a) empreendedor(a)

Até 24 anos

25 até 35

36 até 45

46 até 55

56 até 65

65+

Não sabe/Não quis responder

Sexo do(a) empreendedor(a)

Masculino

Feminino

Escolaridade do(a) empreendedor(a)

Fundamental incompleto

Fundamental completo

Médio incompleto

Médio completo

Superior incompleto

Superior completo

Pós-graduado/mestrado

Fonte: Elaboração própria (2022).

3.2 Modelo econométrico

Dado que a variável dependente deste trabalho é uma variável de contagem com valores inteiros e não negativos, emprega-se um modelo de regressão para dados de contagem do tipo binomial negativo. Em estudos nos quais a superdispersão nos dados é observada (cauda longa), este modelo é mais apropriado do que uma regressão de Poisson, no qual a variância da variável aleatória deve ser restringida para igualar a média (GREENE, 2012). O uso de modelo binomial negativo para analisar dados de contagem e controlar a heterogeneidade possui uma longa tradição na literatura e os dados deste estudo demonstraram evidências significativas de uma superdispersão, uma vez que a variância (667,80) excede amplamente a média relativa (30,69).

Além disso, para controlar essa superdispersão nos dados, o estudo também estimou os resultados com erros padrão robustos. Embora o problema da causalidade reversa não seja uma

preocupação imediata do modelo proposto, reconhece-se que o viés da variável omitida é capaz de afetar as estimativas. Para resolver parcialmente esse problema, incluímos um conjunto de variáveis de controle que consideram características específicas das empresas estudadas.

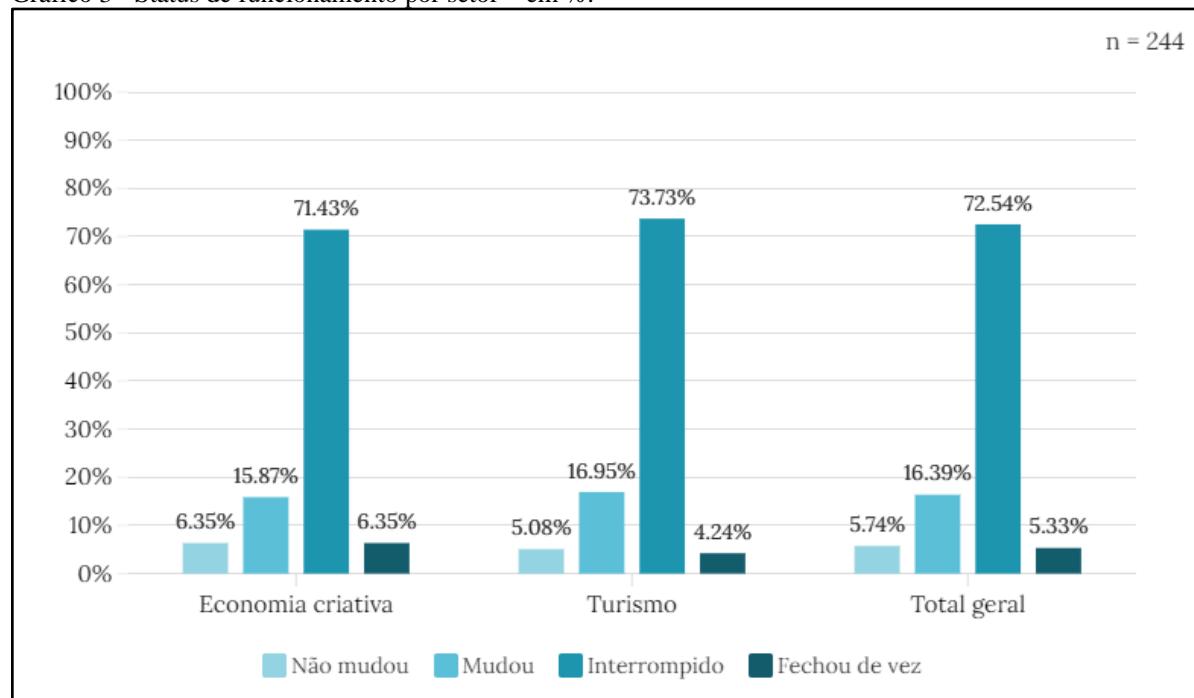
CAPÍTULO 4:

ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva

Apresentando panorama da base de dados explorada, atendo-se apenas aos setores em análise, ao todo 72,54% encontravam-se com o funcionamento interrompido temporariamente em decorrência da crise no momento da pesquisa, sendo que destas 76,40% encontravam-se fechadas por determinação do governo e as demais por decisão da empresa, conforme observado no Gráfico 3. As demais empresas, 16,39% permaneciam em atividade, mas com o funcionamento alterado em decorrência da crise, 5,74% continuavam em funcionamento sem alterações e 5,33% fecharam a empresa de vez.

Gráfico 3 - Status de funcionamento por setor – em %.

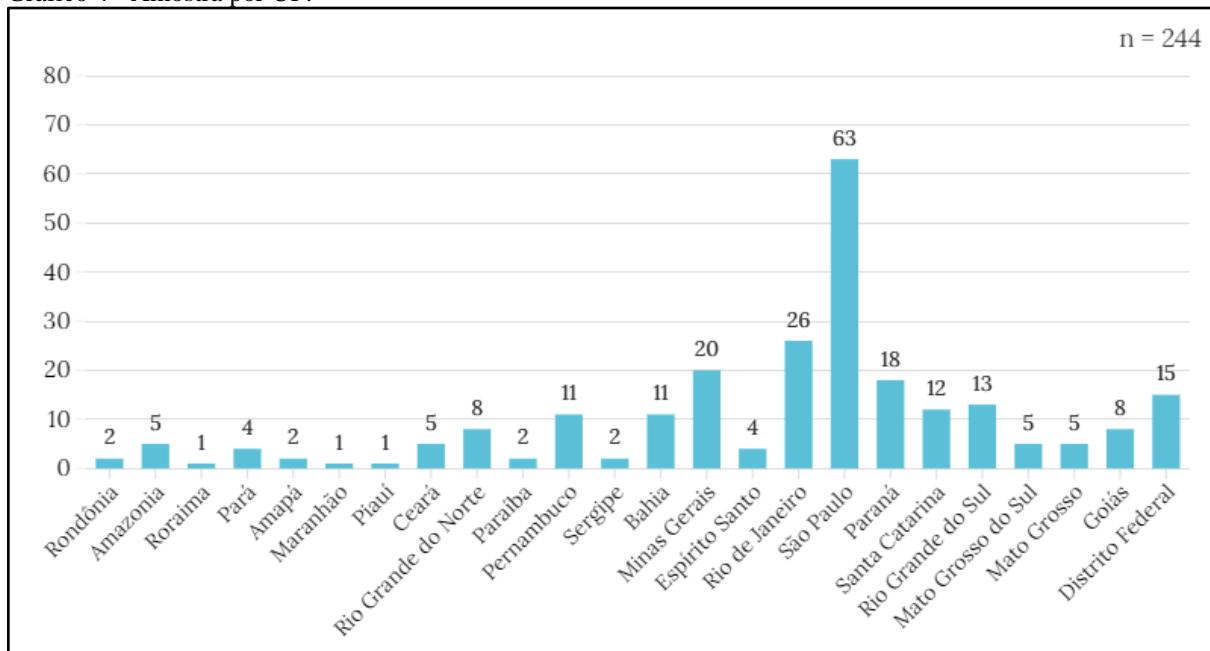


Fonte: Elaboração Própria com base em dados de Sebrae (2020c).

As MPEs da amostra estão localizadas em 23 estados brasileiros e Distrito Federal (Gráfico 4), com destaque para São Paulo com 63 empresas (25,81% da amostra), Rio de Janeiro com 26 (10,65%) e Minas Gerais com 20 (8,19%), os quais juntos do Espírito Santo, com 4 empresas, demonstram a expressiva representação de empresas da região Sudeste na amostra da pesquisa somando 113 ao todo (46,31%). A região Sul é a segunda mais

representativa, com 43 empresas da amostra (17,62%), seguida do Nordeste com 41 (16,80%), região Centro Oeste com 33 (13,53%) e por último, a região Norte, com apenas 14 empresas (5,74%).

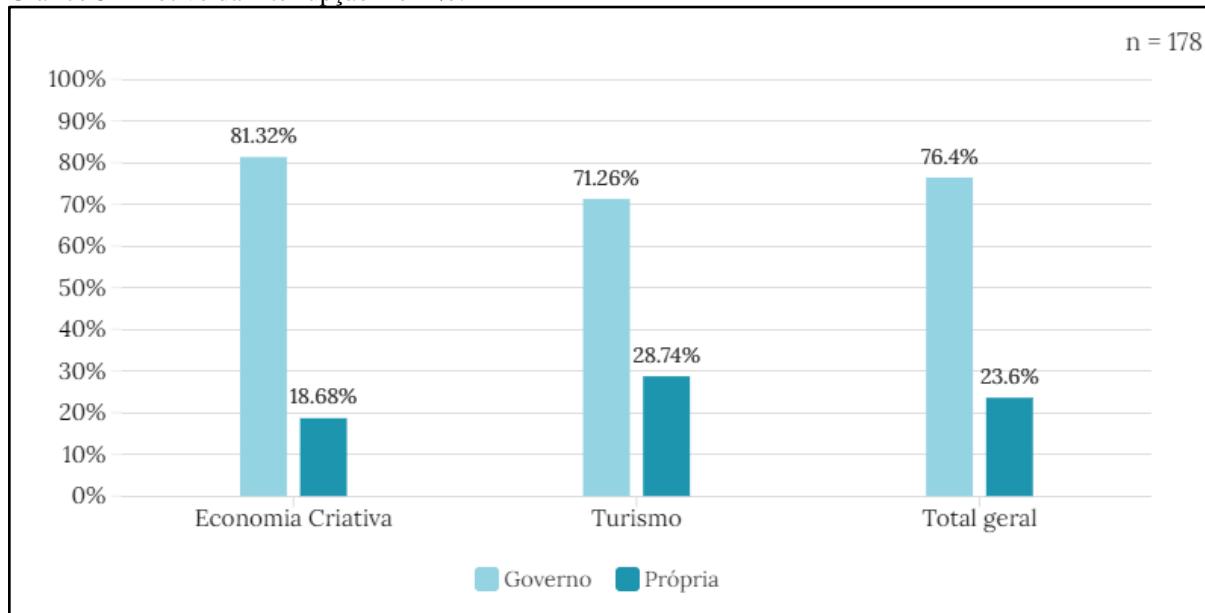
Gráfico 4 - Amostra por UF.



Fonte: Elaboração Própria com base em dados de Sebrae (2020).

Comparando ambos os setores, o Setor Turístico possuía maior quantidade de empresas com funcionamento interrompido, com 73,73% contra os 71,43% da economia criativa, porém a economia criativa apresentou maior quantidade de empresas que fechou seu negócio de vez (6,35%), sendo este o setor com maior percentual de empresas que fecharam de vez dentre todos contemplados pela pesquisa do Sebrae.

Gráfico 5 - Motivo da interrupção – em %.



Fonte: Elaboração Própria com base em dados de Sebrae (2020c).

Quanto às empresas que mantiveram o funcionamento durante o período da pesquisa, em ambos os setores há prevalência daquelas que tiveram de mudar sua forma de funcionamento para manter a operação (15,87% da economia criativa e 16,95% do turismo), enquanto do total de empresas em funcionamento, 28,57% das empresas da economia criativa e 23,07% das empresas do turismo não mudaram o modo de funcionamento. Ao investigar o motivo da interrupção, como visto no Gráfico 5, as empresas do turismo apresentaram cerca de 10% a mais de negócios que tiveram seu funcionamento interrompido por iniciativa própria em relação às empresas da economia criativa.

Em breve visão quanto às estatísticas descritivas da variável dependente, a questão em análise possui 244 observações e, conforme a Tabela 2, a média de dias que as empresas em análise alegaram suportar fechadas e possuírem dinheiro para pagar as contas é de aproximadamente 31 dias, sendo a quantidade mínima de dias relatada de 1 dia e o máximo 120 dias. Ao filtrar as observações por setor, as empresas respondentes do setor turístico alegaram suportar mais dias fechadas do que as empresas da economia criativa.

Tabela 2 – Estatísticas descritivas da variável dependente

Quantidade de dias que conseguem permanecer fechadas	Média	n	Mínimo	Máximo
Economia Criativa	29,50495	101	1	120
Turismo	31,96808	94	1	120
Total Geral	30,69231	244	1	120

Fonte: Elaboração própria.

Para as variáveis independentes, como observado na Tabela 3, há predominância de empresas em situação financeira razoável antes da crise (46,31%), sendo que as empresas com situação boa correspondem a menos de $\frac{1}{3}$ da amostra (29,92%), demonstrando baixa qualidade do manejo financeiro de ambos os setores. Nesse sentido, há grande ocorrência de empresas - dado o início recente das medidas de isolamento - que foram em busca de empréstimo desde o começo da crise (38,11%) ou que ainda precisarão pedir empréstimo para manter o negócio em funcionamento sem demitir (54,10%). Cerca de metade da amostra (47,13%) relata não ter demitido funcionários por se tratar de empresas sem funcionários, enquanto 24,18% alegam ter demitido funcionários nos últimos 15 dias em decorrência da crise.

Quanto às características do negócio, predominam empresas com maior tempo de funcionamento, sendo cerca de 35% com mais de 10 anos e 30% entre 6 e 10 anos, ao passo que há menor ocorrência de empresas com menos tempo de funcionamento. Quanto ao faturamento, há o predomínio de empresas com baixo faturamento mensal, dentre as quais quase metade (47,95%) alegam faturamento de até 6 mil reais, enquanto apenas cerca de 2% faturam mais de 200 mil reais ao mês.

Quanto às características do(a) empreendedor(a), 36,48% possuem entre 36 e 45 anos e 27,46% entre 46 e 55, enquanto há baixa ocorrência nos extremos (2,46% até 24 anos e 1,23% com mais de 65). Predominam empresas com empreendedoras do sexo feminino (cerca de 55%) e altos níveis de escolaridade, com destaque para superior completo (31,15%) e médio completo (23,36%).

Tabela 3 – Estatísticas descritivas das variáveis independentes e de controle

Variável	%
Situação financeira antes da crise	
Boa	29,92
Razoável	46,31
Ruim	23,77
Demitiu funcionários nos últimos 15 dias por conta da crise da Covid-19	
Sim	24,18
Não	28,69
Não tem funcionários	47,13
Precisará pedir empréstimo para manter o negócio em funcionamento sem demitir	
Sim	54,1
Não	18,85
Não sabe/Não quis responder	27,05

Variável	%
Já buscou empréstimo para a sua empresa desde o começo da crise	
Sim	38,11
Não	61,89
Tempo em atividade no empreendimento	
Até 2 anos	14,75
De 2 a 5 anos	20,08
De 6 a 10 anos	29,92
Mais de 10 anos	35,25
Média mensal do faturamento nos últimos meses	
Até 6 mil por mês	47,95
De 7 a 15 mil por mês	12,29
De 16 a 30 mil por mês	9,43
De 31 a 60 mil por mês	4,92
De 61 a 100 mil por mês	4,51
De 100 mil a 200 mil por mês	4,1
Mais de 200 mil por mês	2,05
Não sabe/Não quis responder	14,75
Idade do(a) empreendedor(a)	
Até 24 anos	2,46
25 até 35	18,03
36 até 45	36,48
46 até 55	27,46
56 até 65	14,34
65+	1,23
Não sabe/Não quis responder	-
Sexo do(a) empreendedor(a)	
Masculino	45,08
Feminino	54,92
Escolaridade do(a) empreendedor(a)	
Fundamental incompleto	3,28
Fundamental completo	2,05
Médio incompleto	4,92
Médio completo	23,36
Superior incompleto	19,26
Superior completo	31,15
Pós-graduado/mestrado	15,98

Fonte: Elaboração própria (2022).

4.2 Análise do modelo binomial

Os resultados das estimativas econométricas dos determinantes da resiliência das empresas estão na Tabela 4. Iniciando a análise pelo grupo relacionado às características empresariais e decisões em resposta à pandemia da Covid-19, empresas com boa e razoável situação financeira antes da crise apresentam resultados positivos em todos os modelos, ou seja, aguentam mais dias em funcionamento em relação às empresas que declararam estar com situação financeira ruim anterior à crise. Todavia, apenas as empresas com boa situação financeira apresentaram significância nos modelos.

Em relação à demissão nos últimos 15 dias (anteriores à participação na pesquisa), as empresas que não demitiram alegaram suportar mais tempo em funcionamento em relação às que não demitiram. Ademais, as empresas sem funcionários demonstraram melhor desempenho em relação às duas outras classes, tendo sido também a única que apresentou significância estatística. Neste sentido, apesar de terem respondido com certa rapidez tendo em vista o início da crise e o período da pesquisa, as empresas que demitiram em resposta à crise ainda apresentam maiores dificuldades de sobrevivência.

Quanto à necessidade de pedir empréstimo no futuro, as empresas que declararam não precisar são as que aguentam mais dias em funcionamento em relação às demais. Para esta variável, apenas o modelo 2 apresentou significância estatística. Quanto à variável referente a já ter ido à busca de empréstimo, as empresas que não pediram alegaram conseguir se manter em funcionamento por mais tempo em relação às que pediram empréstimo, demonstrando maior fôlego financeiro. Para esta variável, apenas o modelo 1 apresentou significância estatística.

Tabela 4 – Regressões binomial negativa: determinantes da resiliência das empresas.

Variável	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7	Modelo 8	Modelo 9	Modelo 10
Situação financeira antes da crise										
Ruim ^a							-	-	-	-
Boa							0,55***	0,58***	0,59***	0,62***
Razoável							0,15	0,15	0,18	0,21
Demitiu funcionários nos últimos 15 dias por conta da crise da Covid-19										
Sim ^a		-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não			0,10	2,27	0,08		0,08	0,08	0,08	0,05
Não tem funcionários			0,45*	0,40*	0,37+		0,48**	0,43*	0,40*	
Precisará pedir empréstimo para manter o negócio em funcionamento sem demitir										
Sim ^a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não		0,29+	0,22		0,21	0,14		0,17	0,10	
Não sabe/Não quis responder		0,04	-0,02		0,01	-0,04		-0,04	-0,12	
Já buscou empréstimo para a sua empresa desde o começo da crise										
Sim ^a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Não		0,24*		0,21		0,19				0,20
Número de pessoas ocupadas	-0,01	-0,01	-0,01	-0,00	-0,00	-0,00	-0,01	-0,00	-0,00	-0,00
Tempo em atividade no empreendimento										
Até 2 anos ^a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 2 a 5 anos	-0,10	-0,07	-0,08	-0,04	-0,04	-0,04	-0,16	-0,12	-0,11	-0,12
De 6 a 10 anos	-0,26	-0,24	-0,28	-0,20	-0,23	-0,24	-0,37*	-0,34+	-0,36+	-0,37*
Mais de 10 anos	-0,24	-0,24	-0,24	-0,15	-0,24	-0,23	-0,33+	-0,33+	-0,33+	-0,33+

Variável	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7	Modelo 8	Modelo 9	Modelo 10
Média mensal do faturamento nos últimos meses										
Até 6 mil por mês ^a										
De 7 a 15 mil por mês	-0,30	-0,32+	-0,30	-0,15	-0,17	-0,16	-0,42*	-0,23	-0,24	-0,23
De 16 a 30 mil por mês	0,08	0,11	0,12	0,25	0,27	0,28	-0,11	0,10	0,12	0,13
De 31 a 60 mil por mês	-0,29	-0,23	-0,25	-0,07	-0,06	-0,09	-0,43	-0,19	-0,19	-0,22
De 61 a 100 mil por mês	0,26	0,29	0,28	0,52+	0,49+	0,48	0,10	0,34	0,34	0,33
De 100 mil a 200 mil por mês	-0,04	-0,08	-0,03	0,09	0,07	0,12	-0,22	-0,00	-0,00	0,03
Mais de 200 mil por mês	0,70+	0,74+	0,74+	0,77+	0,80+	0,81+	0,41	0,52	0,54	0,55
Não sabe/Não quis responder	-0,35+	-0,38*	-0,36+	-0,39*	-0,41*	-0,38*	-0,44*	-0,49**	-0,49**	-0,46*
Idade do(a) empreendedor(a)										
Até 24 anos ^a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
25 até 35	0,85*	0,75+	0,77	0,88 *	0,82*	0,84*	0,90 *	1,01**	0,92*	0,92*
36 até 45	0,20	0,13	0,14	0,24	0,20	0,21	0,34	0,46	0,38	0,36
46 até 55	0,29	0,18	0,22	0,29	0,25	0,29	0,43	0,54	0,46	0,48
56 até 65	0,29	0,14	0,20	0,31	0,26	0,30	0,46	0,63	0,53	0,57
65+	0,18	0,02	0,02	0,25	0,13	0,14	0,37	0,51	0,36	0,37
Não sabe/Não quis responder	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sexo do(a) empreendedor(a)										
Masculino ^a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Feminino	-0,16	-0,16	-0,15	-0,19	-0,18	-0,17	-0,17	-0,20+	-0,19+	-0,17
Escolaridade do(a) empreendedor(a)										
Fundamental incompleto ^a	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fundamental completo	0,60	0,51	0,52	0,62	0,56	0,57	0,51	0,58	0,51	0,50
Médio incompleto	0,58	0,71+	0,56	0,77*	0,73+	0,60	0,61	0,63+	0,59	0,46
Médio completo	0,36	0,44	0,37	0,45	0,46	0,39	0,50	0,55	0,54	0,46
Superior incompleto	0,62+	0,72*	0,62+	0,69*	0,69*	0,60+	0,70*	0,69*	0,66+	0,57+

Variável	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7	Modelo 8	Modelo 9	Modelo 10
Superior completo	0,73*	0,85*	0,76*	0,81*	0,83*	0,75*	0,84*	0,86**	0,87**	0,78*
Pós-graduação/mestrado	1,05**	1,15***	1,06**	0,81**	1,14**	1,06**	1,25***	1,27***	1,26***	1,18***
Constante	2,32***	2,66 ***	2,60***	2,25***	2,27***	2,25***	2,37***	1,83 **	1,90***	1,87***
Número de empresas	244	244	244	244	244	244	244	244	244	244

Nota: ^a Classe de referência. + $p < 0,10$, * $p < 0,05$, ** $p < 0,01$, *** $p < 0,001$.

Apesar de não haver uma variável diretamente relacionada com o porte da empresa, pode-se definir tal relação pela quantidade de funcionários. Em todos os modelos, apesar de não apresentarem significância estatística, constata-se que, quanto maior o número de funcionários, menor o tempo que a empresa consegue se manter em funcionamento sendo capaz de pagar as contas.

Quanto ao tempo em atividade da organização, todas as faixas de tempo de idade apresentaram resultado negativo em relação à classe de referência (até 2 anos de tempo de funcionamento). Houve significância estatística nos modelos 5, 6, 7 e 8.

Outra variável relacionada ao porte da empresa diz respeito à média mensal do faturamento, e para esta variável, as empresas com faturamento mensal de 61 a 100 mil por mês e mais de 200 mil por mês foram as únicas que apresentaram relação positiva em todos os modelos em relação às empresas que faturavam até 6 mil reais mensais. Todavia, apesar de, no geral, as empresas com maior faturamento apresentarem melhor desempenho, isto não se fez constante para todos os resultados, como é o caso das empresas com faturamento entre 100 mil e 200 mil, já que tal classe de faturamento apresentou resultados positivos apenas nos modelos 3, 4 e 8. Já os intervalos de 7 a 15 mil e de 31 a 60 mil apresentaram relação negativa em todos os modelos, demonstrando menor capacidade de sobrevivência em relação às empresas que faturam até 6 mil reais mensais. As empresas com faturamento entre 16 e 30 mil demonstraram maior capacidade, apresentando resultados positivos em todos os modelos, com exceção ao modelo 5.

A partir da análise dos resultados quanto às variáveis relacionadas às características do empreendedor, a começar pela idade, verifica-se que para todas as faixas etárias os resultados foram positivos, destacando melhor desempenho em relação às empresas com empreendedores até 24 anos, estabelecida enquanto classe de referência. Há destaque para a faixa etária de 25 a 35 anos, apontando melhor capacidade de sobrevivência para aquelas comandadas por empreendedores mais jovens, seguida da faixa de 46 a 55 anos. Apenas a faixa etária de 25 até 35 anos apresentou significância estatística.

Em relação ao sexo do empreendedor, em todos os modelos, empresas comandadas por pessoas do sexo feminino apresentaram resultado negativo em relação às empresas comandadas por pessoas do sexo masculino, apresentando assim menor capacidade de sobrevivência. Foi encontrada significância estatística nos modelos 6 e 7. Por fim, em relação à escolaridade, todos os níveis apresentaram maior capacidade de sobrevivência em relação às empresas comandadas por empreendedores que possuem ensino fundamental incompleto, estabelecida enquanto

classe de referência. O tempo que as empresas conseguem se manter fechadas foi crescente, acompanhando o aumento do nível da escolaridade e em todos os modelos foi encontrada significância estatística.

CAPÍTULO 5: DISCUSSÃO

Ao observar os resultados das variáveis relacionadas às características empresariais e decisões relacionadas à pandemia da Covid-19, quanto ao porte da empresa, os resultados encontrados divergem do apontado por Soares (2018), Botelho *et al.* (2018) e Anyadike-Danes e Hart (2018), os quais afirmam para a relação direta entre porte da empresa e sobrevivência empresarial. Ademais, em relação ao faturamento mensal nos meses anteriores à crise, apesar de não ser possível atribuir uma relação direta entre maiores taxas de faturamento e sobrevivência visto que essa tendência não se mostrou constante, de modo geral, as empresas com maior faturamento apresentaram maior resiliência, e, portanto, infere-se que empresas com maior faturamento possuem maior probabilidade de sobrevivência.

A influência da quantidade de funcionários também não se comportou conforme sustentado por Botelho *et al.* (2018), uma vez que os resultados apontaram para piores probabilidades de sobrevivência quanto maior o número de funcionários ocupados. No contexto do presente estudo cabe ressaltar que, diante das medidas de isolamento social a qual acarretou diminuição da demanda e, consequentemente, diminuição da entrada de capital, a maior quantidade de funcionários acarreta também maiores custos para a empresa, o que pode explicar o resultado divergente do encontrado na literatura.

Todavia, as empresas com boa situação financeira anterior à crise demonstraram maior capacidade de sobrevivência, assim como as empresas que alegaram não precisar ou que não pediram empréstimo, o que comprova o afirmado por Smallbone *et al.* (2012) quanto a importância de manter um fluxo de caixa saudável para garantir a sobrevivência empresarial quando confrontadas com crises. Em relação ao tempo de funcionamento da empresa, ainda que as empresas com mais de 10 anos de funcionamento tenham apresentado melhor resultado em relação aquelas com idade de 6 a 10 anos, as empresas com menos tempo de funcionamento ainda apresentaram maior resiliência, alegando que maiores tempo de atividade da organização não garante maior capacidade de sobrevivência empresarial, indo de encontro ao apontado por Evans (1987) e Anyadike-Danes e Hart (2018), porém corroborando com Cowling *et al.* (2018) ao verificar maior resiliência por parte das empresas jovens.

Quanto às características relacionadas ao capital humano, tendo em vista que todas as faixas etárias se mostraram mais resilientes em relação à faixa mais jovem (até 24 anos), infere-

se a importância da experiência do empreendedor para maior chance de sobrevivência, conforme apontado por Burke *et al.* (2000) e Zarutskie (2010). Todavia, assim como Cowling *et al.* (2018) no contexto das pequenas empresas no Reino Unido, não foi possível verificar a relação direta entre maior idade com maior chance de sobrevivência, tendo em vista que as empresas com empreendedores entre 24 e 35 anos apresentaram maior resiliência que as demais. Ainda que o Brasil apresente um número crescente de empreendedoras, bem como o seu fortalecimento (SILVA *et al.* 2019), os resultados em relação ao sexo também corroboram com a literatura (Arribas e Villas, 2007; Tandrayen-Ragoobur e Kasseeah, 2017), tendo as empresas comandadas por mulheres apresentado menor resiliência, o que pode estar atrelado à maiores dificuldades encontradas pelas mulheres ao empreenderem, conforme sustenta a literatura.

A relação direta entre o aumento da probabilidade de sobrevivência conforme o aumento do nível de escolaridade, ou seja, quanto maior o nível de escolaridade, maior a resiliência das empresas, corrobora com o apontado por Ferreira *et al.* (2012) e também com Pinheiro e Neto (2018), os quais afirmam que a baixa escolaridade está dentro das principais variáveis que influenciam a mortalidade precoce no Brasil. Conforme apontado por Ferreira *et al.* (2012), isto se dá tanto pela atual competitividade dos negócios, a qual demanda gestores profissionais com formação que contemple os conceitos da administração de empresas, e também por empreendedores com maior nível de escolaridade serem os que mais buscam aprimorar seus conhecimentos realizando cursos de gestão como forma de compensar a falta de experiência, e para aumentar sua competência gerencial.

CONCLUSÃO

No contexto econômico brasileiro, as MPEs constituem uma estrutura fundamental para a geração de emprego e renda. Tendo em vista o contexto de uma crise excepcionalmente particular causado pela pandemia da Covid-19, o qual culminou em medidas de restrição de circulação e impossibilidade de manutenção das atividades presenciais, investiga-se as consequências a às MPEs do turismo e economia criativa, ambos setores altamente dependentes da circulação de pessoas.

Neste sentido, este estudo teve como objetivo investigar a influência das dimensões do capital humano e das características e decisões empresariais das MPEs do setor turístico e economia criativa sobre a resiliência e sobrevivência empresarial. Para isso foi usado o modelo de regressão para dados de contagem do binomial negativo, a partir da criação de um banco de dados original baseado na 2a edição da pesquisa “O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios” promovida pelo Sebrae entre 03 e 07 de abril de 2020, poucos dias após as medidas de isolamento social se iniciarem no Brasil.

O estudo revela que tanto as variáveis de caráter empresarial quanto o capital humano possuem influência na resiliência e na sobrevivência empresarial. Apesar de não ter sido possível atestar padrões para todas as variáveis, esses resultados preenchem uma lacuna dos estudos empíricos ao ser uma das primeiras tentativas de compreender a influência das variáveis analisadas sobre a sobrevivência das MPEs do turismo e economia criativa.

Ao apontar as deficiências de ambos os setores, tanto em relação ao capital humano quanto à estrutura e/ou características empresariais, este estudo implica um maior discernimento para micro e pequenos empresários e formuladores de políticas quanto aos pontos que devem ser observados e mitigados no contexto de crise, a fim de garantir a sobrevivência empresarial, contribuindo assim para o incentivo à melhora das práticas empreendedoras e gestão destas organizações.

Como limitações, temos que não há evidências de que a pesquisa promovida pelo Sebrae possui representatividade setorial diante do universo amostral das MPEs do setor turístico e economia criativa no Brasil, o que implica limitações na generalização dos resultados deste estudo. Ademais, temos que a amostra utilizada é referente, sobretudo, a empresas que ainda estão em funcionamento, não possuindo assim dados específicos quanto àquelas que não

sobreviveram, sendo assim, os dados devem ser avaliados com cautela e sugerem-se novos estudos neste sentido.

Ademais, sendo esse estudo uma primeira tentativa de compreender a influência das variáveis analisadas no contexto de crise através de análise empírica, encoraja-se a produção de análise que visem aprofundar a temática, fornecendo soluções e preenchendo lacunas não contempladas, como compreender a influência governamental na resiliência e manejo de crises das MPEs dos setores turístico e economia criativa no Brasil. Todavia, ainda que este trabalho não se aprofunde na influência governamental sobre a resiliência, chama-se a atenção para necessidade de políticas públicas voltadas ao enfrentamento de crise e apoio às Micro e Pequenas Empresas em seus primeiros anos de vida, tendo em vista as especificidades apresentadas e sua importância para o contexto econômico e social brasileiro.

REFERÊNCIAS

ACS, Zoltan J.; AUDRETSCH, David B. Innovation and small firms. Mit Press, 1990.

ALVES, Jose C. *et al.* Crisis management for small business during the COVID-19 outbreak: Survival, resilience and renewal strategies of firms in Macau. **Research Square**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21203/rs.3.rs-34541/v1>.

ANYADIKE-DANES, Michael; HART, Mark. All grown up? The fate after 15 years of a quarter of a million UK firms born in 1998. **Journal of evolutionary economics**, v. 28, n. 1, p. 45-76, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00191-017-0549-x>.

ARRIBAS, Iván; VILA, José E. Human capital determinants of the survival of entrepreneurial service firms in Spain. **International Entrepreneurship and Management Journal**, v. 3, n. 3, p. 309-322, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11365-007-0038-z>.

AZEVEDO, Maurício Sanitá *et al.* Segmentação no setor turístico: o turista LGBT de São Paulo. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 5, 3 ed, p. 493-506, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2734/273424930008.pdf>.

BARTIK, Alexander W. *et al.* The impact of COVID-19 on small business outcomes and expectations. **Proceedings of the national academy of sciences**, v. 117, n. 30, p. 17656-17666, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.2006991117>.

BENI, Mário Carlos. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.

BHAMRA, Ran; DANI, Samir. Creating resilient SMEs. **International Journal of Production Research**, v. 49, n. 18, p. 5373-5374, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00207543.2011.563999>.

BIGGS, Duan; HALL, C. Michael; STOECKL, Natalie. The resilience of formal and informal tourism enterprises to disasters: reef tourism in Phuket, Thailand. **Journal of Sustainable Tourism**, v. 20, n. 5, p. 645-665, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2011.630080>.

BOTELHO, Marisa dos Reis et al. Determinantes da Sobrevivência de Micro e Pequenas Empresas Industriais Brasileiras (1996-2016). **Encontro Nacional de Economia da ANPEC**, [S.l.], 2018. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2020/submissao/files_I/i9-4ff197fc1284451812f20a650fe62912.pdf.

BRA/Research. **Boston's Creative Economy**. Boston, 2005. Disponível em: <http://www.bostonplans.org/getattachment/01dec82-3ba5-4dea-a8d1-fdeaa39495d6/>.

BRASIL, Ministério do Turismo. Anuário Estatístico de Turismo 2020 - Ano Base 2019. **Diretoria de Estudos Econômicos e Pesquisa**, Brasília, v. 47, n. 2, 2021. Disponível em: <http://dadosefatos.turismo.gov.br/2016-02-04-11-53-05.html>.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Glossário do turismo: compilação de termos publicados por Ministério do Turismo e Embratur nos últimos 15 anos – 1ª edição.** Brasília: Ministério do Turismo, 2018. 44 p. Disponível em: http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/Publica%C3%A7%C3%A5es/Glossario_do_Turismo - 1%C2%AA %20edi%C3%A7%C3%A3o.pdf.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Previdência. **Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. Ano-base 2020.** Brasília: MTP, 2021. Disponível em: http://pdet.mte.gov.br/images/RAIS/2020/1-Apresenta%C3%A7%C3%A3o_RAIS_2020.pdf.

BURKE, Andrew E.; FITZROY, Felix R.; NOLAN, Michael A. When less is more: distinguishing between entrepreneurial choice and performance. **Oxford Bulletin of Economics and Statistics**, v. 62, n. 5, p. 565-587, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-0084.00190>.

CABUGUEIRA, Artur. A importância económica do turismo. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, [S.l.], v. 2, n. 2, p. 97-104, 2005. Disponível em: <https://scholar.archive.org/work/ccbomx4tgzfzlktniaf4nxmpu/access/wayback/https://proa.uab.pt/index.php/rtd/article/download/13885/9373/>.

CARVALHO, João Francisco Sarno; DE OLIVEIRA, João Leandro Cássio. A relevância da gestão do capital de giro para a sobrevivência das Micro e Pequenas Empresas (MPEs) no Brasil. **Revista Cesumar–Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**, v. 21, n. 1, p. 81-96, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/5092/2791>.

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: Dando asas ao espírito empreendedor**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

COLEMAN, Susan. Gender, entrepreneurship, and firm performance: Recent research and considerations of context. **Handbook on well-being of working women**, p. 375-391, 2016. Disponível em: [10.1007/978-94-017-9897-6_22](https://doi.org/10.1007/978-94-017-9897-6_22).

COSH, Andy *et al.* SME finance and innovation in the current economic crisis. **Centre for Business Research**, University of Cambridge, Cambridge, UK, 2009.

COWLING, Marc *et al.* What really happens to small and medium-sized enterprises in a global economic recession? UK evidence on sales and job dynamics. **International Small Business Journal**, v. 33, n. 5, p. 488-513, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0266242613512513>.

COWLING, Marc; LIU, Weixi; ZHANG, Ning. Did firm age, experience, and access to finance count? SME performance after the global financial crisis. **Journal of Evolutionary Economics**, v. 28, n. 1, p. 77-100, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00191-017-0502-z>.

CUNNINGHAM, Stuart. From cultural to creative industries: theory, industry and policy implications. **Media International Australia**, [S.l.], v. 102, n. 1, p. 54–65, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1329878X0210200107>.

EVANS, David S. The relationship between firm growth, size, and age: Estimates for 100 manufacturing industries. **The journal of industrial economics**, v. 35, n. 4, p. 567-581, 1987. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2098588>.

FERREIRA, Luis Fernando Filardet *et al.* Análise quantitativa sobre a mortalidade precoce de micro e pequenas empresas da cidade de São Paulo. **Gestão & Produção**, v. 19, p. 811-823, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2012000400011>.

FGV PROJETOS. **Impacto Econômico do Covid-19 Propostas para o Turismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2020a, 25 p. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/01.covid19_impactoeconomico_v09_compressed_1.pdf.

FGV PROJETOS. **Relatório sobre os Impactos Econômicos da Covid-19 na Economia Criativa**. [S.l.], 2020b. Disponível em: https://fgvprojetos.fgv.br/sites/fgvprojetos.fgv.br/files/economiacriativa_formatacaosite.pdf.

FINK, Steven *et al.* Crisis management: Planning for the inevitable. [S.l.], Amacom, 1986.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2014. Disponível em: <http://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa>.

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil**. Rio de Janeiro: FIRJAN, 2019. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/economiacriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa.pdf>.

GIBSON, Carl A.; TARRANT, Michael. A 'conceptual models' approach to organizational resilience. **The Australian Journal of Emergency Management**, v. 25, n. 2, p. 6-12, 2010. Disponível em: <https://search.informit.org/doi/10.3316/informit.084520139241216>.

GÖSSLING, Stefan *et al.* Pandemics, tourism and global change: a rapid assessment of COVID-19. **Journal of sustainable tourism**, [S.l.], v. 29, n. 1, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1758708>.

GREENE, William H. **Econometric analysis**. Pearson Education India, 2003.

GZVITAUSKI, Tatiana Rimoli. Os desafios da economia criativa em momentos de crise econômica: Respostas do setor frente à recessão provocada pela pandemia do Coronavírus. **Revista Faculdades do Saber**, v. 6, n. 12, p. 857-867, 2021. Disponível em: <https://rfs.emnuvens.com.br/rfs/article/view/122>.

HERBANE, Brahim. Small business research: Time for a crisis-based view. **International small business journal**, v. 28, n. 1, p. 43-64, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0266242609350804>.

IFTIKHAR, Anas; PURVIS, Laura; GIANNOCARO, Ilaria. A meta-analytical review of antecedents and outcomes of firm resilience. **Journal of Business Research**, v. 135, p. 408-425, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2021.06.048>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Demografia das empresas e estatísticas de empreendedorismo 2019. **Estudos e pesquisas. Informação econômica.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes & id=2101863>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores IBGE: Pesquisa Mensal de Serviços.** [S.I], 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2419/pms_2020_mar.pdf.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT.** Extrator de Dados IPEA [banco de dados], [S.I], 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/extrator/index.html>.

KAMBHU, John; SCHUERMANN, Til; STIROH, Kevin J. Hedge funds, financial intermediation, and systemic risk. **Economic Policy Review**, v. 13, n. 3, 2007. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1012348>.

KOTESKI, Marcos Antonio. As micro e pequenas empresas no contexto econômico brasileiro. **Revista FAE Business**, [S.I.], v. 8, n. 1, p. 16-18, 2004. Disponível em: <https://img.fae.edu/galeria/getImage/1/16570546884843246.pdf>.

LATHAM, Scott; BRAUN, Michael. Economic recessions, strategy, and performance: a synthesis. **Journal of Strategy and Management**, v. 4, n. 2, p. 96-115, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/1755425111128592>.

LIMA, Emanoel Marcos; DE MORAIS LIMA, Jessica. O tratamento diferenciado dispensado às micro e pequenas empresas pela constituição federal do Brasil. **Interciencia**, Caracas, v. 41, n. 1, p. 23-28, 2016. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/339/33943362004.pdf>.

LINNENLUECKE, Martina K. Resilience in business and management research: A review of influential publications and a research agenda. **International Journal of Management Reviews**, v. 19, n. 1, p. 4-30, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/ijmr.12076>;

LU, Yi *et al.* The perceived impact of the Covid-19 epidemic: evidence from a sample of 4807 SMEs in Sichuan Province, China. **Environmental Hazards**, v. 19, n. 4, p. 323-340, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17477891.2020.1763902>.

MECCA, Marlei Salete; GEDOZ, Maria Gorete do Amaral. Covid-19: reflexos no turismo. **Rosa dos Ventos**, v. 12, n. 3, p. 1-5, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.18226/21789061.v12i3a06>.

NICOLA, Maria *et al.* The socio-economic implications of the coronavirus pandemic (COVID-19): A review. **International journal of surgery**, [S.I.], v. 78, p. 185-193, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijsu.2020.04.018>.

OLIVEIRA, João Maria de; ARAUJO, Bruno Cesar de; SILVA, Leandro Valério. **Panorama da economia criativa no Brasil.** Brasília, DF: IPEA, 2013 (Texto para discussão, n. 1880). Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2026>.

PAL, Rudrajeet; TORSTENSSON, Håkan; MATTILA, Heikki. Antecedents of organizational resilience in economic crises — an empirical study of Swedish textile and clothing SMEs. **International Journal of Production Economics**, v. 147, p. 410-428, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2013.02.031>.

PEREIRA, Mauricio Fernandes *et al.* Fatores de inovação para a sobrevivência das micro e pequenas empresas no Brasil. **RAI-Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 50-65, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/973/97312503004.pdf>.

PEREIRA, Rodrigo Carlos Marques; SOUSA, Priscila Aparecida. Fatores de mortalidade de micro e pequenas empresas: um estudo sobre o setor de serviços. **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, Resende, 2019. Disponível em: https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos09/195_Mortalidade_nas_MPEs.pdf.

PINHEIRO, Janaína Felix Diógenes; NETO, Macário Neri Ferreira. Fatores que contribuem para mortalidade das micro e pequenas empresas no Brasil. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 7, p. 11107-11122, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n7-239>.

PISCOPO, Marcos Roberto et al. O setor brasileiro de turismo: evolução, situação atual e perspectivas futuras. **Podium Sport, Leisure and Tourism Review**, [S.I.], v. 4, n. 1, p. 1-14, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5126467>.

RIBEIRO, Luiz Carlos de Santana; LOPES, Thiago Henrique Carneiro Rios. Características e similaridades do setor cultural nos municípios e regiões metropolitanas brasileiras. **Revista de Economia Contemporânea**, [S.I.], v. 19, n. 2, p. 307-330, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198055271926>.

SANGUINET, Eduardo Rodrigues *et al.* Economia da cultura e economia criativa no Brasil: uma análise conjuntural do mercado de trabalho (2014-2016). VALIATI, Leandro; MOLLER, Gustavo (Org.). **Economia criativa, cultura e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 279-304, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/199480/001016546.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. 10 Anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas. São Paulo: SEBRAE, 2008. Disponível em: http://www.sebraesp.com.br/PortalSebraeSP/Biblioteca/Documents/EstudosePesquisas/Mortalidade_MPE/livro_10_anos_mortalidade/livro_10_anos_mortalidade.pdf.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Anuário do trabalho na micro e pequena empresa 2009. 3ed. Brasília; São Paulo: DIEESE, 2010. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2009.pdf.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. Atualização de estudo sobre participação de micro e pequenas empresas na economia nacional. Brasília: FGV Projetos, 2020a. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp->

content/uploads/2022/02/Relat%C3%B3rio-Participa%C3%A7%C3%A3o-mpe-pib-Na_11022022.pdf.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Boletim impacto do novo coronavírus nos negócios.** [S.I.], 2020b. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SC/Not%C3%ADcias/Boletim%20Impacto%20Coronavirus%20-%20Outubro%202020%20%20-%20Final.pdf>.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Fatores Condicionantes e taxa de sobrevivência e mortalidades das micro e pequenas empresas no Brasil: 2003-2005.** Brasília: SEBRAE, 2007. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/\\$File/NT00037936.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/8F5BDE79736CB99483257447006CBAD3/$File/NT00037936.pdf).

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Lei Geral da Micro e Pequena Empresas.** [S.I.] 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/lei-geral-da-micro-e-pequena-empresa,46b1494aed4bd710VgnVCM100000d701210aRCRD>.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **O Impacto da pandemia de corona vírus nos Pequenos Negócios – 2ª edição.** [S.I.], 2020c. Disponível em: https://databasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/04/Impacto-do-coronav%C3%ADrus-nas-MPE-2%C2%A2AEdicao_geral-v4-1.pdf.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.** Brasília: SEBRAE, 2014. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Estudos%20e%20Pesquisas/Participa%C3%A7%C3%A3o%20das%20micro%20e%20pequenas%20empresas.pdf>.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Panorama dos Pequenos Negócios.** Brasília: SEBRAE, 2018. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Pesquisas/Panorama_dos_Pequenos_Negocios_2018_AF.pdf.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **Sobrevivências das empresas no Brasil.** Brasília: SEBRAE, 2016. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/sobrevivencia-das-empresas-no-brasil-102016.pdf>.

SILVA, Anderson Borges da et al. Desafios enfrentados pelas micro e pequenas empresas no Brasil. **Conexão Eletrônica,** Três Lagoas, v. 12, n. 1, 2015. Disponível em: [http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2015/downloads/3.%20Ci%C3%A1ncias%20Sociais%20Aplicadas%20e%20Ci%C3%A1ncias%20Humanas/013%20\(Adm\)%20Desafios%20Enfrentados%20pelas%20Micro%20e%20Pequenas%20Empresas%20no%20Brasil.pdf](http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoanterior/Sumario/2015/downloads/3.%20Ci%C3%A1ncias%20Sociais%20Aplicadas%20e%20Ci%C3%A1ncias%20Humanas/013%20(Adm)%20Desafios%20Enfrentados%20pelas%20Micro%20e%20Pequenas%20Empresas%20no%20Brasil.pdf).

DA SILVA, Pablo Marlon Medeiros et al. A resiliência no empreendedorismo feminino. **Gestão e Sociedade,** v. 13, n. 34, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21171/ges.v13i34.2346>.

SMALLBONE, David *et al.* The resilience of small firms to a major economic downturn. In: **35th Institute for Small Business and Entrepreneurship (ISBE) Annual Conference: Creating Opportunities through Innovation: Local Energy, Global Vision.** 2012. p. 7-8. Disponível em: https://www.kmu-hsg.ch/rencontres2012/resources/Topic_C/Rencontres_2012_Topic_C_Smallbone_Kitching_Kasperova.pdf.

SOARES, Marilia de Souza. **Sobrevivência das micro e pequenas empresas do Estado do Rio Grande do Norte entre 1980 e 2016.** 2018. 105f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Centro de Ciências Exatas e da Terra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26331>.

TANDRAYEN-RAGOOMBUR, Verena; KASSEEAH, Harshana. Is gender an impediment to firm performance? Evidence from small firms in Mauritius. **International Journal of Entrepreneurial Behavior & Research**, v. 23, n. 6, p. 952-976, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/IJEBR-11-2016-0385>.

TOMÉ, Luciana Mota. Setor de turismo: impactos da pandemia. **Caderno Setorial ETENE**, Fortaleza, v. 5, n. 124, p. 1-8, 2020. Disponível em: <https://cultura.bnb.gov.br/s482-dspace/handle/123456789/1187>.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. **Creative economy: Report 2010. Creative economy: a feasible development option.** Genebra: UNCTAD, 2010. p. 422. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditctab20103_en.pdf.

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. Creative Economy Outlook: **Trends in international trade in creative industries 2002-2015.** Genebra: UNCTAD, 2012. 445 p. Disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/ditcted2018d3_en.pdf.

VASSILAKIS, Spyros. Learning-by-doing. **The New Palgrave Dictionary of Economics, Second Edition.** Eds. Steven N. Durlauf and Lawrence E. Blume. Palgrave Macmillan, 2008.

WORLDOMETERS. **Reported Cases and Deaths by Country or Territory.** 2021. Disponível em: <https://www.worldometers.info/coronavirus/>.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Covid-19 and Tourism 2020: A Year in Review.** [S.I.], 2021a. Disponível em: https://webunwto.s3.eu-west-1.amazonaws.com/s3fs-public/2020-12/2020_Year_in_Review_0.pdf

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **Global and regional tourism performance.** [S.I.], 2022. Disponível em: <https://www.unwto.org/tourism-data/global-and-regional-tourism-performance>.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **International Tourism Highlights: 2020 Edition.** Madrid: UNWTO, 2021b. Disponível em: <https://doi.org/10.18111/9789284422456>.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. Manila Declaration on World Tourism. **UNWTO Declarations**, Madrid, v. 1, n. 1, 1980. Disponível em: 10.18111/unwtodeclarations.1980.01.01.

WORLD TOURISM ORGANIZATION. **UNWTO World Tourism Barometer and Statistical Annex**. UNWTO, Madrid, v. 18, n. 1, p. 1-48, 2020. Disponível em: 10.18111/wtobarometereng.2020.18.1.1.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL (WTTC). **Travel&Tourism: Global Economic Impact&Trends 2020**.[S.1.], 2020. Disponível em: <https://wttc.org/Portals/0/Documents/Reports/2020/Global%20Economic%20Impact%20Trends%202020.pdf?ver=2021-02-25-183118-360>.

WORLD TRAVEL AND TOURISM COUNCIL (WTTC). **Economic Impact Reports**. [S.1.], 2022. Disponível em: <https://wttc.org/Research/Economic-Impact>.

ZARUTSKIE, Rebecca. The role of top management team human capital in venture capital markets: Evidence from first-time funds. **Journal of Business Venturing**, v. 25, n. 1, p. 155-172, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2008.05.008>.

ANEXOS

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO VEICULADO PELO SEBRAE NA SEGUNDA EDIÇÃO DA PESQUISA “O IMPACTO DA PANDEMIA DE CORONA VÍRUS NOS PEQUENOS NEGÓCIOS – 2ª EDIÇÃO”

PESQUISA IMPACTO RECENTES DO CORONAVIRUS NAS MPE -2ª COLETA

Nesse momento de pandemia mundial do novo coronavírus (COVID-19), um dos segmentos mais afetados será o dos Microempreendedores Individuais e das Micro e Pequenas Empresas. O Sebrae quer acompanhar como as Micro e Pequenas empresas estão sendo afetadas e com essas informações buscar tanto internamente quanto externamente construir soluções para minimizar os impactos.

Entre os dias 19 e 23 realizamos nossa 1ª sondagem e os resultados você pode ver aqui:

<https://datasebrae.com.br/corona/>

Tendo participado ou não da 1ª sondagem te convidamos agora para participar da nossa 2ª sondagem. Você gostaria de participar, respondendo algumas questões sobre a crise atual? São apenas 8 minutos, em média.

É importante ressaltar que sua identidade e os dados aqui coletados serão mantidos em sigilo.

1. Em que estado você está? _____.

0. Sua empresa mudou o funcionamento com a crise? (RU)

- . Não mudamos a forma de funcionar (**Vá para 7**)
- a. Sim, mudamos o funcionamento (**Vá para 3**)
- b. Interrompemos o funcionamento temporariamente (**Vá para 5**)
- c. Decidimos fechar a empresa de vez. (**Vá para 7**)

0. Está funcionando como? (RM)

- . Apenas para entregas ou online
- a. Horário reduzido
- b. *Drive thru*
- c. Rodízio de funcionários
- d. Teletrabalho (homeoffice)

0. Há quanto tempo estão funcionando assim? Dias: _____

<<<vá para 7>>>

0. A interrupção do funcionamento ocorreu principalmente por qual motivo? (RU)

- . Determinação do Governo
- A. Decisão da empresa

0. Faz quanto tempo que o seu negócio interrompeu o funcionamento? Dias: _____

0. Como estava a situação das finanças da sua empresa antes da crise? (RU)

- . Boa
- a. Razoável
- b. Ruim

0. Como o seu negócio está sendo afetado, até este momento, pelo CORONAVÍRUS em termos de faturamento mensal? (RU)

- (A) aumentou (vá para 10)
- (B) diminuiu (vá para 9)
- (C) permaneceu igual (vá para 11)
- (C) Não sabe ainda/não quis responder (vá para 11)

0. Qual foi a variação percentual do volume de vendas dessa última semana em relação a uma semana normal?

Diminuiu em: _____ %

0. Qual foi a variação percentual do volume de vendas dessa última semana em relação a uma semana normal?

Aumentou em: _____ %

0. Coloque em ordem os maiores custos da sua empresa. Arraste as opções colocando em 1º lugar o maior custo, em 2º o segundo maior custo, assim por diante:

- () custos com matérias-primas/inssumos
- () custos com pessoal
- () custos com aluguel
- () custos com impostos
- () empréstimos/dívidas
- () Energia Elétrica
- () Água
- () Internet

0. Você está com dificuldades de encontrar insumos ou matéria-prima para sua empresa?

- . Sim.
- a. Não

0. Qual o número de pessoas ocupadas na empresa atualmente? (familiares, empregados fixos e temporários, formais e informais):_____

0. Nos últimos 15 dias você teve que realizar demissão de funcionários por conta da crise do Corona?

. Sim. 14.1 De Quantos?_____

- a. Não
- b. Não tenho funcionários (Vá para 16)

0. Ainda em relação aos seus funcionários. Você tomou algumas das medidas abaixo? Marque aquelas medidas que você tomou. (RM)

- . Férias coletivas
- a. Suspensão de contrato de trabalho
- b. Redução da jornada de trabalho com redução de salários

0. Quais seriam as medidas governamentais mais impactantes, que o governo poderia fazer, para compensar os efeitos do coronavírus, no seu negócio: Escolha 3 opções. (RM- RANDOM)

- () reduções de impostos e taxas
- () renegociação dos prazos de pagamentos de impostos e taxas
- () redução das tarifas de água e luz
- () renegociação dos prazos de pagamentos de água e luz
- () ajuda para pagar salários
- () aumento das linhas de crédito
- () redução nas alíquotas de importações
- () redução dos juros dos empréstimos
- () empréstimos sem juros
- () renegociação dos prazos de pagamentos dos empréstimos
- () ajuda para pagar aluguel
- () auxílio temporário para subsistência do empresário e sua família
- () moratória de dívidas (aluguel, água, luz, etc.)

- . Sim, fazemos importação e exportação.
- a. Só fazemos importação, mas não exportação.
- b. Só fazemos exportação, mas não importação.
- c. Não fazemos nem importação nem exportação, mas já fizemos no passado.
- d. Nunca fizemos importação nem exportação.

0. Qual foi a média mensal do faturamento nos últimos meses?

- () Até 6 mil por mês
- () de 7 a 15 mil por mês
- () de 16 a 30 mil por mês
- () De 31 a 60 mil por mês
- () De 60 a 100 mil por mês
- () de 100 mil a 200 mil
- () acima de 200 mil
- () Não sei/não quero informar

0. Sua Idade:

- () Até 24 anos
- () De 25 até 35 anos
- () De 36 até 45 anos
- () De 46 até 55 anos
- () De 56 até 65 anos
- () Acima de 65 anos
- () Não sei/não quero informar

0. Sexo

- a. Masculino
- b. Feminino

0. Escolaridade

- () Fundamental incompleto
- () Fundamental completo
- () Médio incompleto
- () Médio completo
- () Superior incompleto
- () Superior completo
- () Pós graduado/ mestrado

0. Você gostaria de nos fornecer o CNPJ da sua empresa para conhecermos ela melhor?

- . Sim. 30.1 . Digite aqui o CNPJ da sua Empresa: _____
- a. Não

0. Você gostaria de fazer parte de um grupo de empresas que será acompanhada durante este momento de crise e para qual mandaremos dicas e conteúdos úteis para seu negócio?

- . Sim. 31.1 Digite aqui seu endereço de e-mail: _____
- a. Não